



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

AUGUSTO MULAR MICENO

O BRUXO (BRANCO) DO COSME VELHO:
a representação de Machado de Assis no filme
publicitário da Caixa Econômica Federal (2011)

Campo Grande - MS
AGOSTO/ 2023



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



**O BRUXO (BRANCO) DO COSME VELHO:
a representação de Machado de Assis no filme publicitário
da Caixa Econômica Federal (2011)**

AUGUSTO MULAR MICENO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMS, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação. Área de concentração: Mídia e Representação Social.

Orientador: Prof. Dr. Hélder Filipe Rocha Prior

AUGUSTO MULAR MICENO

**O BRUXO (BRANCO) DO COSME VELHO:
A REPRESENTAÇÃO DE MACHADO DE ASSIS NO FILME PUBLICITÁRIO
DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (2011)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Mestrado em Comunicação, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Comunicação. Área de Concentração: Mídia e Representação Social. Linha de Pesquisa: Linguagens, Processos e Produtos Midiáticos.

Campo Grande - MS, 15 de agosto de 2023.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Hélder Filipe Rocha Prior
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof. Dr. Júlio Carlos Bezerra
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof^a. Dr^a. Pâmela Saunders Uchoa Craveiro
Universidade Federa de Mato Grosso



ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
MESTRADO

Aos três dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas, via plataforma digital on-line Google Meet, pela Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos membros: Hélder Filipe Rocha Prior (UFMS), Júlio Carlos Bezerra (UFMS) e Pâmela Saunders Uchoa Craveiro (UFMT), sob a presidência do primeiro, para julgar o trabalho do aluno: **AUGUSTO MULAR MICENO**, CPF 33892578885, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Curso de Mestrado, da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, apresentado sob o título "**O Bruxo (Branco) do Cosme Velho: a representação de Machado de Assis no filme publicitário da Caixa Econômica Federal**" e orientação de Hélder Filipe Rocha Prior. O presidente da Banca Examinadora declarou abertos os trabalhos e agradeceu a presença de todos os membros. A seguir, concedeu a palavra ao aluno que expôs sua Dissertação. Terminada a exposição, os senhores membros da Banca Examinadora iniciaram as arguições. Terminadas as arguições, o presidente da Banca Examinadora fez suas considerações. A seguir, a Banca Examinadora reuniu-se para avaliação e, posteriormente, emitiu parecer expresso conforme segue:

EXAMINADOR

Dr. Hélder Filipe Rocha Prior (Interno)

Dr. Júlio Carlos Bezerra (Interno)

Dr. Marcos Paulo da Silva (Interno) (Suplente)

Dra. Pâmela Saunders Uchoa Craveiro (Externo)

RESULTADO FINAL: Aprovação (X) Aprovação com revisão ()
Reprovação ()

OBSERVAÇÕES:

Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente declarou a sessão encerrada e agradeceu a todos pela presença.

Assinaturas:

Campo Grande, 04 de novembro de 2023.

NOTA
MÁXIMA
NO MEC

UFMS
É 10!!!



Documento assinado eletronicamente por **Helder Filipe Rocha Prior, Professor do Magisterio Superior**, em 06/11/2023, às 15:42, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

NOTA
MÁXIMA
NO MEC

UFMS
É 10!!!



Documento assinado eletronicamente por **Pâmela Saunders Uchôa Craveiro, Usuário Externo**, em 06/11/2023, às 15:55, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

NOTA
MÁXIMA
NO MEC

UFMS
É 10!!!



Documento assinado eletronicamente por **Julio Carlos Bezerra, Professor do Magisterio Superior**, em 06/11/2023, às 15:55, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

NOTA
MÁXIMA
NO MEC

UFMS
É 10!!!



Documento assinado eletronicamente por **Augusto Mular Miceno, Usuário Externo**, em 08/11/2023, às 12:28, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufms.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4441222** e o código CRC **3809ECD7**.

COLEGIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Av Costa e Silva, s/nº - Cidade Universitária

Fone: (67)3345-7437

CEP 79070-900 - Campo Grande - MS

Referência: Processo nº 23104.033408/2023-08

SEI nº 4441222



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, que o aluno do curso de Mestrado, AUGUSTO MULAR MICENO, RGA nº 202100939, não participou de Banca de Defesa de Dissertação no Programa de Pós-Graduação em Comunicação no dia 3 de outubro de 2023 em virtude do ataque *hacker* realizado nos servidores de Internet da UFMS nesse período.

A Banca de Defesa de Dissertação do aluno ocorreu no dia 3 de novembro de 2023, tendo sido aprovado, conforme processo SEI nº 23104.033408/2023-08.

Campo Grande, 27 de novembro de 2023.

GERSON LUIZ MARTINS

Coordenador do PPGCOM-UFMS

NOTA
MÁXIMA
NO MEC

UFMS
É 10!!!



Documento assinado eletronicamente por **Gerson Luiz Martins, Presidente de Colegiado**, em 27/11/2023, às 08:45, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufms.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4488946** e o código CRC **1C3D4F0E**.

COLEGIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Av Costa e Silva, s/nº - Cidade Universitária

Fone: (67)3345-7437

CEP 79070-900 - Campo Grande - MS

A meu avô paterno, que lecionou no que hoje é a UFMS, um lembrar que evoca pertinácia intelectual ao mesmo tempo em que não me permite esquecer meus privilégios de gênero, estrato sócio-econômico e cor.

*“Veio abaixo toda a velha prataria,
herdada do meu avô Luís Cubas;
vieram as toalhas de Flandres,
as grandes jarras da Índia;
matou-se um capado;
encomendaram-se às madres da Ajuda
as compotas e marmeladas;
lavaram-se, arearam-se, poliram-se
as salas, escadas, castiçais, arandelas,
as vastas mangas de vidro,
todos os aparelhos do luxo clássico”.*

Machado de Assis,
em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*.

MICENO, Augusto Mular. **O Bruxo (branco) do Cosme Velho**: a representação de Machado de Assis no filme publicitário da Caixa (2011). 2023. 85 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2023.

RESUMO

O que o filme publicitário *O Bruxo do Cosme Velho* (Caixa, 2011) expressa acerca da questão racial brasileira? Esta dissertação aborda como tema a representação do escritor Machado de Assis nos *media* e tem por objetivo analisar a primeira versão do material audiovisual, veiculada a partir de 12 de setembro de 2011 na televisão e no cinema como peça da campanha *Caixa 150 anos. Uma história escrita por todos os brasileiros*, alusiva ao sesquicentenário da empresa pública. O enquadramento teórico comunicacional fundamenta-se no pensamento do intelectual Muniz Sodré. O percurso metodológico baseia-se em análise fílmica a partir de Francis Vanoye e Anne Goliot-Lété e nas premissas da publicidade audiovisual em Tatiana Aneas. O resultado da análise aponta para a compreensão da peça publicitária como caso de racismo por omissão, conceito formulado por Lélia Gonzalez. Este trabalho pode interessar a professores do curso superior de Publicidade e Propaganda, considerando suas novas Diretrizes Curriculares Nacionais e a possibilidade de se educar os graduandos para as relações étnico-raciais.

Palavras-chave: Machado de Assis. Comunicação. Publicidade. Relações raciais. Brasil.

ABSTRACT

What does the advertising film *O Bruxo do Cosme Velho* (Caixa, 2011) express about the Brazilian racial issue? This dissertation addresses as its theme the representation of the writer Machado de Assis in the media and aims to analyze the first version of the audiovisual material, broadcast from September 12, 2011 on television and cinema as part of the Caixa 150 anos campaign. A story written by all Brazilians, alluding to the sesquicentenary of the public company. The communicational theoretical framework is based on the thinking of the intellectual Muniz Sodré. The methodological path is based on film analysis from Francis Vanoye and Anne Goliot-Lété and on the premises of audiovisual advertising from Tatiana Aneas. The result of the analysis points to the understanding of the advertising piece as a case of racism by omission, a concept formulated by Lélia Gonzalez. This work may be of interest to teachers of the Advertising and Propaganda higher education course, considering their new National Curricular Guidelines and the possibility of educating undergraduates about ethnic-racial relations.

Keywords: Machado de Assis. Communication. Advertising. Racial relations. Brazil.

LISTA DE QUADROS

Tabela 1: Machado de Assis em 5 sequências de cena: duração, planos e resumo	67
Tabela 2: Transcrição das falas da narradora e de Machado para caracterização	71

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Retrato fotográfico do escritor Machado de Assis (1892).....	17
Figura 2: Retrato do escritor Machado de Assis após retificação digital morfocromática (2019).....	18
Figura 3: Certidão de óbito de Machado de Assis (19/10/1908).....	45
Figura 4: Óleo sobre tela de Modesto Brocco y Gómez, intitulado A redenção de Cam (1895)	53
Figura 5: <i>Print</i> de tela aos 1” do filme	67
Figura 6: <i>Print</i> de tela aos 5” do filme	68
Figura 7: <i>Print</i> de tela aos 18” do filme	68
Figura 8: <i>Print</i> de tela aos 14” do filme	68
Figura 9: <i>Print</i> de tela aos 23” do filme	69
Figura 10: <i>Print</i> de tela aos 32” do filme	69
Figura 11: <i>Print</i> de tela aos 41” do filme	69
Figura 12: <i>Print</i> de tela aos 45” do filme	70
Figura 13: <i>Print</i> de tela aos 47” do filme	70
Figura 14: <i>Print</i> de tela aos 53” do filme	70
Figura 15: <i>Print</i> de tela aos 58” do filme	71
Figura 16: Fotografia de Machado de Assis (1908).....	77

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABL – Academia Brasileira de Letras

ABPN – Associação Brasileira dos Pesquisadores Negros

CAIXA – Caixa Econômica Federal

Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CONAR – Conselho Nacional de Auto Regulamentação Publicitária

DCN – Diretrizes Curriculares Nacionais

ECO-UFRJ – Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro

ERER – Educação das Relações Étnico-Raciais

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Ibope – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística

Intercom Sul – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

PT – Partidos dos Trabalhadores

SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

Seppir – Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

TIC – Tecnologias da Informação e Comunicação

UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. TÓPICOS DA QUESTÃO RACIAL BRASILEIRA	24
2.1. Raça e racismo.....	24
2.2. Branqueamento e branquitude periférica.....	34
2.3. Forma social escravista e neurose cultural	46
3. COMUNICAÇÃO E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	54
3.1. Comunicação e mídia	54
3.2. Publicidade, elites logotécnicas e representações sociais.....	59
4. PUBLICIDADE AUDIOVISUAL E PERCURSO METODOLÓGICO	63
5. ANÁLISE FÍLMICA DE <i>O BRUXO DO COSME VELHO</i>.....	66
5.1. Decupagem do filme publicitário	66
5.2. Dimensões promocional e fílmica	72
5.3. Discussão fundamentada no enquadramento teórico.....	74
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	76
REFERÊNCIAS	80

1. INTRODUÇÃO

Ironicamente, a primeira representação midiática de especificidade publicitária, acerca do que pode ser considerado o maior escritor brasileiro, constitui-se em um *case* de insucesso.

No ano de 2011, precisamente no dia 12 de setembro, veiculou-se na televisão e no cinema o filme publicitário intitulado *O Bruxo do Cosme Velho*, material audiovisual de 60 segundos de duração em que um ator branco interpreta Machado de Assis. Por 42 segundos, o literato aparece em cena e conforma a memória histórica: era canhoto, fundou a Academia Brasileira de Letras (ABL) e teve carteira de poupança na Caixa Econômica Federal (CAIXA).

A peça publicitária — integrante de campanha de comemoração aos 150 anos da empresa pública — foi contestada pelas audiências. Antes que a matéria fosse efetivamente apreciada pelo Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (CONAR), houve a regravação com a escalação de um ator negro no papel de Machado de Assis, versão que foi ao ar no dia 10 de outubro de 2011.

Compreendido como produto midiático, o filme comercial de 1 minuto passa a constituir-se como objeto empírico de estudo a partir de tensões em torno do corpo do literato, o que significa que este trabalho perpassa Comunicação, mídia e relações raciais.

É preciso reforçar, não se pode esquecer, que o rapto e tráfico transatlântico de populações do continente africano para as Américas somam, em cálculos historiográficos¹, cerca de 10 milhões de seres humanos submetidos a trabalhos forçados no Novo Mundo, a que mais tarde Lélia Gonzalez (1988) chamaria por América para além da lógica territorial contida na ordem geográfica. Em portos da atual República Federativa do Brasil, foram desembarcados, entre os séculos XVI e XIX, cerca de 40% daquele montante.

A escravidão perdurou por mais de três séculos nestas terras, considerando-a como modo de produção da metrópole portuguesa, no Brasil Colônia, e 66 anos (1822-1888) no Brasil Império. Este país foi o último invadido, saqueado e colonizado por europeus ibéricos a abolir oficialmente a escravidão no que hoje é o continente americano. E o único a ter família real.

Neto de escravizado por parte de pai², Joaquim Maria Machado de Assis (1839-1908), conhecido como Machado de Assis, foi o primeiro presidente da ABL, por ele fundada em 28

¹ Utilizamos os números de Manolo Florentino na obra *Em Costas Negras* (1997).

² “filho de um humilde **mulato**, o pintor de casas Francisco José de Assis, e sua mulher Maria Leopoldina Machado, portuguesa”, anota Antonio Candido (2000, p. 341, em grifo nosso) sobre o escritor.

de janeiro de 1897. O autor motivou vasta produção acadêmica nas universidades brasileiras a respeito de sua obra, sobretudo no campo dos programas de pós-graduação em Letras.

A procura pela expressão “Machado+de+Assis” no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) resulta em mais de 1.400.000 resultados. Quando se aplicam filtros de pesquisa para a grande área de Ciências Humanas e Sociais, incluindo o Multidisciplinar, ainda assim o volume de trabalhos é significativo: mais de 600.000.

De fato, e se consideradas as publicações em períodos científicos, muito já se escreveu sobre a vida e a obra do autor de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, de 1881, e *Dom Casmurro*, de 1899, o que sinaliza que o nome presente em materiais didáticos na educação básica pública e privada, bem como em vestibulares e exames de seleção, também é sobremaneira lembrado em pesquisas acadêmicas neste país.

Em tal volume de produção textual discute-se, entre tantos temas e aspectos, se Machado de Assis em sua obra, sobretudo na prosa literária, mas também em sua vida como figura de destaque na capital do país, praticou absenteísmo em relação ao regime escravocrata, ou seja, se o literato representou (e como representou) as mazelas e abusos da escravidão e, portanto, da sociedade da qual foi contemporâneo.

Nesta pesquisa, desenvolvida no programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), reconhece-se a importância de questionamentos e perspectivas analíticas sobre a vida e, principalmente, a obra do literato para a produção de conhecimento científico e para a cultura brasileira. O viés adotado, contudo, erige problemática comunicacional e busca aderência com a área de concentração do curso em Mídia e Representações Sociais.

Na linha de pesquisa de Linguagens, Processos e Produtos Midiáticos, propomo-nos a desenvolver como tema a representação do escritor Machado de Assis nos *media*. A busca pela especificidade publicitária parte da ideia de sua associação com a palavra criatividade, cuja teia semântica emaranha-se à anglo-saxã *insight*.

A obra *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*, de Lilia Schwarcz (1987), foi a primeira lida e fichada para acessar a questão racial brasileira, em 2019, dando início aos preparativos para ingresso no curso.

Na introdução, a autora cita e analisa um fragmento de texto jornalístico de 1878, em que o enunciador tece breve relato acerca de um furto em um navio para revelar o suposto autor do crime: um “creoulo” de monóculo, bigode e cavanhaque, de aparente vida literária, preso ainda a bordo. O excerto conclui relatando que, ao desembarcar, o suposto autor do

furto, chamado de gatuno, teria se deparado com o seu senhor, que há muito o esperava. Citamos, na íntegra, o caso do “creoulo de bigode, pince-nez e cavagnac”:

COMO ELLES SÃO

O folhetinista da Gazeta narra na viagem a Maceió e entre outros narrou um caso ocorrido a bordo. O Presidente do PE que estava a bordo trazia consigo um criado bonito, creoulo, de bigode e cavagnacs, pisar forte amante dos versos de Varela cujos hinos sobraçava em POSE e lia com atenção de se fazer notar...

Ao fim do jantar do primeiro dia da viagem um dos passageiros ao voltar ao camarote deu denúncia ao comandante que lhe faltava um relógio, um PINCE-NEZ e uma corrente de ouro.

No salão nobre o qual subia os camarotes só tinham ficado duas pessoas, um alquebrado de enjoo e o criado de fazer VIDA LITERÁRIA.

Houve pesquisa e epilogou-se pela prisão do LITERATO que obteve a posição de criado presidencial mediante valiosas cartas de recomendação segundo ouvi dizer ... Para cúmulo da desgraça do gatuno comptamente descoberto ao saltar na Bahia aparece-lhe um espírito: o seu senhor que havia muito tempo o procurava em vão (Correio Paulistano, 3 de julho de 1878), (Schwarcz, 1987, p. 11-12, caixa alta do texto original).

De sobressalto, a imagem, ou melhor, a representação mental do texto (Van Dijk, 2016), de um brasileiro afrodescendente com bigode e cavanhaque, a utilizar monóculo e a “fazer vida literária”, pode ser uma fotografia de 1892, produzida por Juan Gutierrez, em correspondência acionada em nosso mapa conceitual (Hall, 2016), a enquadrar Machado de Assis.

O retrato fotográfico foi objeto de retificação digital morfocromática em 2019, por parte da agência de publicidade Grey Brasil, em colaboração institucional com a Universidade Zumbi dos Palmares, sendo utilizado como principal peça da campanha *Machado de Assis Real*, autodenominada campanha-movimento e lançada em abril daquele na *web* e nas plataformas Facebook e Instagram.

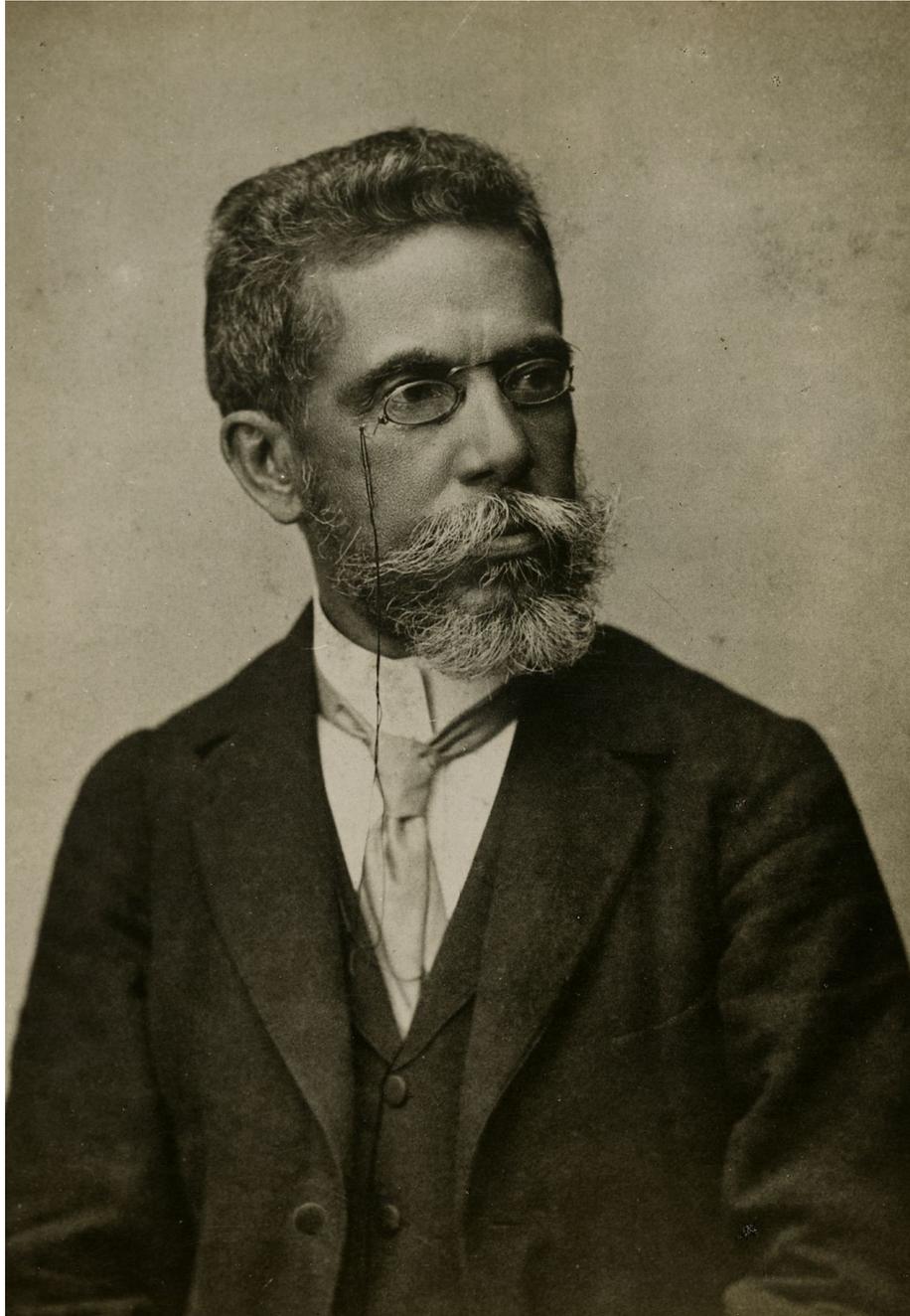
Formulamos uma primeira indagação, necessariamente retórica, a fundamentar a delimitação do tema: se muito já se falou e escreveu sobre Machado de Assis e sua obra, por que pesquisar e dissertar sobre o autor?

Responde-se que investigar a primeira representação em publicidade audiovisual do escritor brasileiro, um afrodescendente, um homem de pele escura, de corpo não branco, implica em colaborar com os esforços científicos de compreensão do Brasil contemporâneo.

Afinal, as iniciativas comunicacionais da CAIXA (2011) e da Universidade Zumbi dos Palmares (2019) situam-se numa década em que, em seu princípio, provou-se do crescimento econômico, do chamado pleno emprego, da redução da pobreza e da ampliação da Educação Pública Federal, por exemplo, ao passo que, em seu epílogo, evidenciou-se retração econômica, desemprego, aumento da pobreza e achatamento dos serviços públicos.

A associação do “creoullo” do excerto de 1878 a Machado de Assis (figura 1) correspondente a um *insight* criativo, que se desdobra no retrato retificado (figura 2). O trecho jornalístico esteve presente em nosso percurso desde a introdução do anteprojeto deste trabalho:

Figura 1 – Retrato fotográfico do escritor Machado de Assis (1892)



Fonte: reprodução da internet.

Figura 2 – Retrato do escritor Machado de Assis após retificação digital morfocromática (2019)



Fonte: reprodução da internet.

As novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o curso superior de Publicidade e Propaganda determinam que a criatividade deve ser trabalhada como competência geral equiparada à criticidade, na medida em que, nas narrativas publicitárias, deve-se observar o respeito às diversidades, a romper com “estereótipos de gênero, de etnia,

e de sexualidade, promovendo a igualdade entre as pessoas” (Conselho Nacional de Educação, 2020, p. 76).

A formação prescrita divide-se em Ético-Humanística, em Comunicação e específica em Publicidade e Propaganda, articulando-se para um novo perfil de formando, profissional capaz de “desconstruir valores arraigados para valorizar a heterogeneidade de gênero, de sexualidade, étnico-racial e de classe nas **representações publicitárias**” (Conselho Nacional de Educação, 2020, p. 75, em grifo nosso).

Assim, se perguntarmos a quem pode interessar o resultado deste trabalho, a resposta é: sobretudo aos cursos e professores de Publicidade e Propaganda, a fomentar o repertório de possibilidades teóricas e metodológicas para se tratar as relações étnico-raciais de forma transversal ao currículo de graduação ou mesmo em disciplina específica de Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER), o que inclui a recente curricularização da Extensão e suas potencialidades.

Afinal, o objeto de estudo é atinente à Comunicação e às relações raciais, provocador de discussões e análises em sala de aula. Além do exposto, a escassez de produção científica específica sobre o objeto de estudo empírico relacionado ao tema pesquisado também motivou o desenvolvimento desta pesquisa.

A procura bibliográfica por publicações acadêmicas que tenham abordado o filme publicitário ou mesmo a campanha da CAIXA resulta em 1 artigo para o Congresso Regional Sul da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom) (Michel; Rabassa, 2015) e 1 dissertação de mestrado (Coutinho, 2015) dentro do período 2011-2023, na área da Comunicação, de 1 artigo (Nascimento, 2016) para a revista da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN) e 1 tese de doutorado (Ramos, 2018) em História, e de 1 artigo (Cruz; Martins, 2019) na área de Letras, no mesmo recorte.

O primeiro trabalho possui cinco palavras-chave, entre elas “Machado de Assis”, tendo como foco uma abordagem sobre gestão de crise de Comunicação Organizacional em torno da situação-problema que gerou a regravação com um ator negro.

Na dissertação de mestrado *CAIXA 150 ANOS: rastros e laços históricos de uma campanha memorável*, de autoria de Cristiane Bermudes Coutinho (2015), encontramos informações que utilizamos no desenvolvimento deste trabalho, considerando que a pesquisadora, na condição de colaboradora da CAIXA, inventariou a campanha, fornecendo-nos pistas seguidas no percurso metodológico.

A comemoração aos 150 anos da CAIXA foi composta por dozes filmes comerciais, admitidos pela pesquisadora como principal suporte material da campanha. Na dissertação,

em que focaliza a conceituação de memória, examina com detalhes quatro deles, incluindo *O Bruxo do Cosme Velho* — elencado pela “repercussão na mídia e nas redes sociais pelo direito de **“lembrar” a etnia do escritor**” (Coutinho, 2015, p. 20, em grifo nosso).

Já o filme *O Bruxo do Cosme Velho* foi o que mais chamou a atenção na campanha Caixa 150 Anos, não só pelo tema, mas pela reverberação que produziu ao utilizar um ator branco para representar o escritor Machado de Assis. A Caixa admitiu o erro, regravou o mesmo comercial, dessa vez com um ator negro, e o reapresentou, abrindo-o com a fala-epígrafe do ator Ailton Graça: “Em respeito à história da Caixa e em respeito ao povo brasileiro, apresentamos Machado de Assis (Coutinho, 2015, p. 20).

Dedica item de capítulo e problematiza o filme comercial assinado pela agência BorghiErh/Lowe e retirado do ar depois de nove dias de veiculação. A primeira versão da peça publicitária apresenta um Machado de Assis branco e não escala nenhum figurante negro pelas ruas de um Rio de Janeiro do começo do século XX, tendo sido contestada nas ouvidorias da Caixa e da Seppir.

A **pergunta de partida** a se problematizar e responder nesta pesquisa em Comunicação concentra o desenvolvimento do tema na primeira versão da peça publicitária e localiza-se na esfera das mensagens:

— O que o filme publicitário *O Bruxo do Cosme Velho* (Caixa, 2011) expressa acerca da questão racial brasileira?

O **objetivo geral** deste trabalho é analisar o filme publicitário *O Bruxo do Cosme Velho* (Caixa, 2011).

Como objetivo específico, elencamos a análise da articulação das dimensões fílmica e promocional na publicidade audiovisual em questão.

Dentre as expectativas, espera-se contribuir para o aumento da produção científica deste Programa de Pós-Graduação que seja voltada a estudos comunicacionais entrelaçados às relações raciais, além de fomentar pesquisas que explorem a especificidade publicitária, haja vista a UFMS não ter a graduação em Publicidade e Propaganda. Também oferecemos percurso teórico-metodológico que contribui para a abordagem transversal ou diretamente disciplinar da EREER no curso superior citado.

A justificativa para a realização deste trabalho baseia-se no entendimento de que a questão racial é primária para este país em que a mentalidade escravista permanece cultural ou simbolicamente depois do 13 de maio de 1888, conforme Muniz Sodré (2023). Sabemos, contudo, da impossibilidade de esgotá-la teórica e metodologicamente.

Seguem em disputa, acirradamente a partir das manifestações de rua de junho de 2013

e de março e abril de 2015, as narrativas acerca dos fatos nacionais, o que, por certo, inclui o papel da mídia e suas representações perante mazelas históricas do Brasil: a colonização do tipo exploratória/predatória, os mais de 300 anos de escravidão e a ditadura civil-militar que se iniciou em 1º de abril de 1964, por exemplo, sem prejuízo de episódios recentes, como o controverso processo de *impeachment* de Dilma Rouseff em 2016.

Esta pesquisa focaliza, dentro da área da Comunicação, a mazela da escravidão, que segue alvo de discursos de cunho revisionista e/ou negacionista, conflito em que as representações midiáticas do que pode ser considerado o principal expoente literário do Brasil emergem como tema por entre tópicos da questão racial brasileira.

Como diz Marcelo Alves (2019), a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 representa uma quebra de paradigma para o campo da Comunicação Política, considerando que o referido ator político foi vitorioso através de uma sigla partidária minúscula, com apenas 8 segundos de tempo para propaganda política na televisão e praticante de discurso ideológico inflamado.

Em abril de 2017, na condição de pré-candidato, o político compareceu a evento no Clube Hebraica, no Rio de Janeiro e, para uma plateia de cerca de 300 pessoas, manifestou-se sobre mulheres, população LGBTQIAP+, populações originárias remanescentes em áreas legalmente demarcadas e pessoas refugiadas. Sobre quilombolas, contou que teria visitado um povoado e o “afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada. Eu acho que nem para procriador ele serve mais”³. Em 30 de julho de 2018, já como candidato ao cargo de presidente da República, compareceu ao programa televisivo Roda Viva, na TV Cultura, e relativizou o tráfico negreiro empreendido pela metrópole portuguesa. Perguntado sobre dívida histórica do estado brasileiro quanto à escravidão e a população negra, respondeu: “Que dívida? Eu nunca escravizei ninguém na minha vida”⁴.

Portanto, este trabalho se coaduna com as novas DCN para o curso de Publicidade e Propaganda e busca construir sua relevância científica e social a partir da questão primária de um país agora também premido por um populismo autoritário de extrema-direita, que é racista.

A **estruturação** desta dissertação está ideada em função da pergunta de partida e divide-se em quatro capítulos. Após esta introdução, o capítulo 2, intitulado *Tópicos da questão racial brasileira*, desenvolve-se em três itens:

³ As falas do político no evento foram amplamente repercutidas pelo jornalismo profissional. Trecho da gravação pode ser assistido neste endereço: <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/bolsonaro-quilombola-nao-serve-nem-para-procriar/>

⁴ A gravação completa pode ser acessa neste endereço: <https://www.youtube.com/watch?v=IDL59dkeTi0>

Raça e racismo (2.1) apresenta percurso bibliográfico em torno da noção de raça e aborda o racismo científico antes de se conceituar racismo, preconceito racial e discriminação racial, conforme Silvio Almeida (2021).

Branqueamento e branquitude periférica (2.2) trata dos esforços oficiais implementados para o embranquecimento da população brasileira apoiado em Lilia Schwarcz (1987; 1993; 2012), Schwarcz e Starling (2018), Giralda Seyferth (1996) e procura o conceito de branquitude em Cida Beto (2002; 2022).

Forma social escravista e neurose cultural (2.3) sintetiza os contributos de Muniz Sodré (2023) e Cida Bento (2002; 2022) a relacioná-los com o conceito de racismo por omissão, concebido por Lélia Gonzalez (1988; 2018; 2020) e mobilizado por nós como recurso teórico para o procedimento metodológico.

No capítulo 3, intitulado *Comunicação e Representações Sociais*, o percurso bibliográfico parte do contributo do intelectual negro Muniz Sodré (2002; 2014) na busca pela fundamentação teórica comunicacional como passo preliminar para discutir as representações sociais na publicidade.

Assim, *Comunicação e mídia* (3.1) apresenta as ideias do autor acerca da episteme comunicacional, a distinção entre comunicação e informação e a noção de mídia, sem qualquer pretensão de arrazoar o campo comunicacional, tendo em conta que não desenvolvemos pesquisa teórica que implique em revisão bibliográfica e epistemológica a respeito.

Publicidade, elites logotécnicas e representações (3.2) é item que iniciamos com a obra *Lugar de Negro*, de autoria de Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg (1982) e nos apropriamos do conceito de elite logotécnica de Muniz Sodré (1999).

O Capítulo 4, intitulado *Publicidade audiovisual e percurso metodológico*, parte da obra de Francis Vanoye e Anne Goliot-Léte (1994) e alcança as premissas da publicidade audiovisual através de Aneas (2013).

No Capítulo 5, *Análise fílmica de O Bruxo do Cosme Velho*, realizamos decupagem (5.1) antes da análise científica que considera as dimensões fílmica e promocional (5.2) do objeto, sem perder de vista o foco na representação de Machado de Assis.

No item 5.3, intitulado *Discussão fundamentada no enquadramento teórico*, tensionamos a hipótese de que o filme publicitário em tela pode ser compreendido como caso de racismo por omissão, nos termos de Lélia Gonzalez (1988; 2018; 2020).

Concluindo esta introdução, retoma-se a epígrafe pinçada do romance *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (De Assis, 2000) para referenciar este trabalho na posição

acadêmica que rejeita a tese do absenteísmo do literato.

Durante a narração do jantar que se passa na casa dos Cubas, em comemoração à primeira queda de Napoleão, uma personagem chama a atenção de outrem quanto a uma notícia de chegada de navio negreiro com novas mercadorias. Em *Machado de Assis afrodescendente* (2007), Eduardo de Assis Duarte sublinha a passagem:

É importante destacar a forma dissimulada como o autor inscreve a menção ao tráfico negreiro: o assunto surge *en passant* e ocupa poucas linhas dentre os “interesses pequenos e particulares” dos convivas. O tópico é tratado pelo narrador de forma homóloga a sua inserção nos ambientes da classe senhorial, ou seja, como algo normal, como um negócio a mais... Dessa forma, tem o leitor uma visão da frieza com que o tráfico era encarado e inserido na conversação familiar, entre as inocentes modinhas e bailados das mulheres. Destaque-se ainda a primeira pessoa do plural empregada pelo narrador: “podíamos contar, só nessa viagem, uns cento e vinte negros, pelo menos”. A passagem evidencia o pertencimento e a perspectiva de classe a que está vinculado o personagem (Duarte, 2007, p. 204).

Se a verbalização de personagem sobre o *tráfico de almas* é referência explícita à escravidão e fundamenta argumentos que rejeitam a tese do absenteísmo, assinalada em Duarte (2007), a utilização sintática do recurso de sujeito oculto para descrever os preparativos do jantar, realizados por braços cativos, evidencia a sutileza com que o autor pincela o quadro sócio-morfocromático do capítulo.

Às jarras da Índia, às toalhas de Flandres e à prataria dos Cubas, designadas por denominação de origem, e diga-se nobre, seguem as escadas, salas, castiçais e arandelas, espaços e materiais lavados, areados e polidos por seres humanos silenciados, sem nome e sem distinção social.

O raciocínio acima, que se almeja distante de mera abstração, convalida a primeira indagação formulada: se muito já se falou e escreveu sobre Machado de Assis⁵ e sua obra, por que pesquisar e dissertar sobre o autor?

⁵ Esta última nota da Introdução deve ser lida como texto subsequente às Considerações Finais deste trabalho: “A epígrafe empregada nesta dissertação é da obra *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (De Assis, 2000), que revisitamos em seu capítulo final, intitulado *Das negativas*. A personagem lamenta seus insucessos e revezes, mas encontra o ganho de não ter tido filhos, de não ter levado adiante a miséria da condição humana. De minha parte, lamento que tenha cursado o mestrado durante a maior crise sanitária do século, conduzida no Brasil sob ímpeto deliberadamente necropolítico. Receio que o meu estado jurídico de superendividado também tenha limitado sobremaneira o desenvolvimento no curso de março de 2021 a setembro de 2023, e desistir teria sido absolutamente compreensível e racional, pois estive entre os brasileiros que lutaram arduamente para sobreviver. Porém, encontro um saldo positivo: fui feliz e infeliz onde, quando, com quem e como quis”.

2. TÓPICOS DA QUESTÃO RACIAL BRASILEIRA

2.1. Raça e racismo

“Mas nem por isso vamos ficar passivamente calados assistindo à decadência desse império romano de hoje que é a chamada civilização ocidental. Afinal, somos os bárbaros que o derrubarão”

(Lélia Gonzalez, 2020)

O que se falou em cartas e livros, durante os séculos XVI a XIX, a respeito do que hoje é o território brasileiro e sobre os povos originários e as populações africanas aqui desembarcadas à força, evidencia uma dualidade entre paraíso e inferno.

Lilia Schwarcz, em *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira* (2012, p. 11), recorda o viajante português Pêro de Magalhães Gândavo do século XVII — “que deu forma canônica ao debate que, desde Caminha e Vespúcio, mencionava a ambivalência entre a existência do éden ou da barbárie nestas terras perdidas” — autor de *História da Província de Santa Cruz*, de 1576, e da máxima de que os que aqui viviam eram povos sem L, R e F, sem Lei, Rei e Fé.

As terras e as águas representados, no relato do viajante ibérico, como fartos e belos sob céu paradisíaco, os autóctones, os “naturais”, por sua vez, como belicosos e cruéis a partir da noção de “falta”, como bem assinala Schwarcz. Falta de crença na alma, de justiça e de ordem.

Em suma, a distinção etno-eurocêntrica entre a terra e os seus habitantes, dois séculos distante da representação idealizada do “bom selvagem” do francês Jean Jaques-Rousseau.

O raciocínio de Schwarcz, que menciona outros viajantes europeus, como o zoólogo Johann Baptiste Ritter von Spix e o botânico Carl Friedrich Philipp von Martius, alemães autores de *Viagem ao Brasil* de 1834, tem conclusão que citamos integralmente:

Dessa forma, apesar do elogio à natureza tropical, contido nos relatos desses “viajantes filósofos”, a humanidade daquele local parecia representar algo por demais diverso para que a percepção europeia encontrasse local certo, ou mesmo humanizado, em sua definição, mostrando-se mais disposta a apontar o exótico do que dar lugar à alteridade. A América não era apenas imperfeita, mas também decaída, e assim estava dado o arranque para que a **tese da inferioridade do continente, e de seus homens, viesse a se firmar a partir do século XIX.**

O fato é que, seja nas versões mais positivas, seja nas evidentemente negativas, esse então Novo Mundo sempre foi um “outro”, marcado por suas gentes com costumes tão estranhos (Schwarcz, 2012, p. 18, em grifo nosso).

Ocorre que aos povos autóctones, “selvagens”, “naturais” deste continente, somaram-se os sobreviventes dos raptados da África e traficados para as Américas como grupos subjugados.

Os relatos de viagens citados por Lilia Schwarcz, do século XV até a primeira metade do XIX, respondem pelo que Lélia Gonzalez (1988, p. 71) compreende como tradição etnocêntrica pré-capitalista, sobre a qual se desenvolve o colonialismo europeu, que “nos termos com que hoje o definimos, configura-se no decorrer da segunda metade do século XIX”.

Como observa Renato da Silveira (1999, p. 89), em escrita acadêmica na década final do século XX, em que pese a predominância da postura antirracista em comunidades científicas e em espaços midiáticos, a persistência do racismo primário pode ser atribuída, por exemplo, à ignorância e a falta de discernimento, ao passo que a discriminação racial que privilegiou o europeu envolveu conhecimento, em que o racismo, protagonizado por homens ilustres, “não foi apenas a falta de algo, foi uma presença, uma positividade, teve cunho científico e jurídico, informou doutrinas eruditas, enaltecidas pelo prestígio da ciência”.

Tal racismo ilustre, tecido como teoria durante a constituição das institucionalidades científicas, moveu a Europa, sobretudo na segunda metade do século XIX. Embora tenha se estabelecido com disputas e não tenha se concretizado a partir de uma coesão grupal, foi esforço deliberado:

[...] foi o resultado de um trabalho sistemático de numerosos especialistas a serviço de (ou afinados com) uma política de conquista e subordinação. Esses provedores de modelos éticos, valores cívicos e aspirações coletivas, mesmo quando eventualissimamente discordaram da agressão colonial ou da escravização dos africanos, deixaram fora de discussão a superioridade do europeu. A vigência deste racismo científico oficializado ocasionou mudanças nos modos de legitimação do poder e reestruturou, em escala mundial, o imaginário coletivo, a educação pública, os padrões da credibilidade e os mecanismos de formação da opinião. **O racismo científico foi, portanto, uma parte importantíssima da estruturação, pela primeira vez na história da humanidade, de uma hegemonia abrangendo todo o globo terrestre** (Silveira, 1999, p. 90, em grifo nosso).

A Ciência, que vencera a Igreja, podia aplicar a técnica à indústria para falar sobre a natureza e transformá-la, falar sobre as pessoas e as instituições e movê-las, mas também podia configurar e reconfigurar estereótipos políticos e, especialmente, os raciais, a comprovar a superioridade do homem branco europeu e de suas elites em todos os aspectos do real-histórico.

Organizar cientificamente a humanidade passa a ser equivalente à formulação da supremacia ocidental, senão vejamos:

Os homens que comandavam o gigantesco processo de transformações pensavam que era preciso colocar aquela diversidade inconveniente, aquele caos planetário em ordem, rentabilizá-lo ao impor a autoridade dos seus superiores “naturais”. **Pela força e pela razão** (Silveira, 1999, p. 93, em grifo nosso).

O tráfico transatlântico de povos raptados no continente africano corresponde à aplicação direta da força. O autor, antes de se aprofundar nas origens do racismo científico, em percurso pela França, Inglaterra e Alemanha, e mesmo nas disputas entre monogenistas e poligenistas (vitoriosos), reforça:

Não foi por acaso nem por ignorância patológica que a noção de raça, na segunda metade do século passado, tornou-se central na reflexão dos cientistas sociais, englobando os conceitos de sociedade, de cultura e até mesmo o de civilização, freqüentemente tida como apanágio do homem branco. Os novos teóricos da superioridade da raça branca identificaram-na então com a vanguarda das demais raças, cientificamente apresentadas como refratárias ao progresso, supersticiosas, ignorantes, rotineiras, irresponsáveis, infantis, preguiçosas, despóticas e até mesmo animais, imorais e sanguinárias. [...] Propagar o Cristianismo, a Ciência e a Indústria para que o Outro também pudesse viver melhor, eis a palavra-de-ordem maciçamente professada pelos marqueteiros da expansão ocidental. O cientista tornava-se assim um neomissionário, ao lado do padre, do militar e do homem de negócios (Silveira, 1999, p. 93-94).

Além de Ciência, quanto à investigação da natureza e suas leis, atinente a uma lógica erudita biologizante, o racismo cunhado no continente europeu foi amparado pela Filosofia, como nos atesta o francês Voltaire, pseudônimo de François-Marie Arouet, investidor de capital no *tráfico de almas*:

A grande questão entre eles [os negros] é se são descendentes dos macacos ou se os macacos descendem deles. Nossos sábios disseram que o homem é a imagem de Deus: eis aqui uma curiosa imagem do Ser eterno, um nariz negro achatado, com pouca ou nenhuma inteligência! Um dia virá sem dúvida onde **esses animais** saberão cultivar a terra, embelezá-la com casas e jardins e conhecer a rota dos astros: é preciso tempo para tudo (Voltaire *apud* Silveira, 1999, p. 97, em grifo nosso).

Não nos aprofundamos, porém, em percurso bibliográfico de maior fôlego a respeito do racismo científico e do que a intelectualidade europeia de ilustres homens das ciências e das letras disse sobre estas terras e seus habitantes, durante pelo menos quatro séculos, porque construímos o tema deste trabalho a partir da delimitação operativa das indagações possíveis:

interessa-nos o que nós, brasileiros, falamos e temos falado sobre este vasto território e suas gentes, sobre o que já falamos e temos falado sobre nós.

Do referido autor, portanto, tem grande importância a noção de que, enquanto formulação teórica, o racismo científico surge “quando o etnocentrismo espontâneo e racionalizações mais ou menos fragmentárias dão lugar a **sistemas de representação** elaborados, integrados a uma concepção geral do mundo” (Silveira, 1999, p. 94, em grifo nosso).

Machado de Assis escreveu e publicou seus principais textos durante a segunda metade do século XIX e falou sobre a sociedade do Brasil Império até 1889, quando se inicia o chamado Brasil República. O que temos falado sobre “nós” diz respeito a um interesse pelo Brasil, em especial destes dias, e enseja a pergunta de partida deste trabalho.

Assim, retomando o fio textual dos viajantes ibéricos, a avançar, se para Gândavo os autóctones eram povos sem F, L e R, sem Fé, sem Lei e sem Rei, na diversidade étnica e linguística das populações africanas em solo americano observa Lélia González a ausência de algumas letras, como as consoantes “l” e “r”, coincidência alfabética que correlacionamos para destacar a africanização das línguas dos países colonizadores.

Fato é que Machado de Assis não escreveu em “pretuguês”, termo definido por Lélia Gonzalez (1988, p. 70) como a “marca da africanização do português falado no Brasil”.

Na região do Mar do Caribe, considerando sua porção insular e toda sua costa atlântica na América Central e no litoral norte da América do Sul, a africanização é constatável no espanhol, no inglês e no francês. Para além de características tonais e rítmicas e da ausência de algumas vogais, a crítica da intelectual negra centra-se no branqueamento que encoberta danças, músicas e crenças, por exemplo, em que classificações eurocêntricas, como “cultura popular” e “folclore nacional”, recalcam a influência negra na formação histórico-cultural do continente.

As páginas literárias maestrais de Machado de Assis foram tecidas na periferia do capitalismo, como explica Roberto Schwarz (2000), mas na capital do império que seria república, centro político do país e *espaço social* privilegiado para ofícios das letras (jornalismo e literatura). Podendo ser chamado de analista da alma humana por sua escrita de profundidade psicológica, seu texto pode ser considerado simples e bem construído sintaticamente.

A olhar para o continente americano como um todo e sua construção histórico-cultural influenciada pelas populações africanas, Lélia Gonzalez (2020) passa a refletir sobre a categoria da amefricanidade, a agregar todos os descendentes de africanos, e não apenas os

nascidos nos Estados Unidos da América, por exemplo, concepção que ultrapassa os espaços geográficos e de caráter territorial e insere-se nas dinâmicas culturais em processo histórico.

Logo, não se trata de procurar por afro/africanoamericanos, nem por afro/africanocolombianos, muito menos por afro/africanobrasileiros, mas de percorrer este vasto território de *amefricanos* de diversos países, a rejeitar a lógica de hierarquizações raciais (e culturais) do racismo.

Nas sociedades do continente, conforme a autora, o sistema de dominação comum é o racismo, “elaboração fria e extrema do modelo ariano de explicação, cuja presença é uma constante em todos os níveis de pensamento, assim como parte e parcela das mais diferentes instituições dessas sociedades” (Gonzalez, 1988, p. 77). Dentre o rol de instituições possíveis, nestes dias, podemos elencar os veículos de rádio e televisão e os jornais impressos e eletrônicos, agora também espalhados pelas plataformas digitais.

Contudo, permanecemos no século XIX para problematizarmos a questão racial brasileira, necessariamente em função da escravidão e das ideias e políticas de estado para o embranquecimento da população, o que poderia, no pensamento das elites, fazer desaparecer a população de pele escura, como que a superar a contradição entre as terras paradisíacas e suas gentes, autóctones e negras, inferiores.

Sintetiza Lilia Schwarcz (2012) que o século em questão foi o dos darwinistas raciais, a sentenciar as moralidades dos povos (e culturas) do globo terrestre em razão de traços fenotípicos, tendo a biologia como ciência de destaque.

No Brasil, conforme a autora, o termo *raça* impõe-se e vincula-se ao processo histórico do país, sem jamais ter sido neutro, ora associando-se a opiniões positivas, ora a negativas, como no caso dos viajantes europeus citados, mas também quando brancos poligenistas aqui nascidos brasileiros divergem, a exemplo da miscigenação, tida pelo médico Raimundo Nina Rodrigues como fator de degenerescência e por Tobias Barreto e Sílvio Romero, seus colegas da Escola de Recife e próximos da noção de evolucionismo social, oportunidade de branqueamento da população, como veremos no item seguinte. As teorias raciais, importante dizer, “só chegaram aqui a partir de meados do século XIX, no momento em que a abolição da escravidão tornara-se irreversível” (Schwarcz, 2012, p. 37).

Em 1894, após o término legal da escravidão, que ocorrera em 1888, e estabelecida a República dos Estados Unidos do Brasil com o golpe militar de 1889, Raimundo Nina Rodrigues publica o livro *As raças humanas e a responsabilidade penal*, em que defende a existência de um Código Penal para brancos e outro para negros, a rifar a perspectiva de cidadania para a população não mais cativa, o que, de certa forma, o Código Penal de 1890

(Brasil, 1890) havia apontado ao proibir a capoeira, em seus art. 402-404, nas ruas e praças, portanto, como prática criminosa nos espaços de locais públicos.

O fim do século XIX, é necessário registrar antes de prosseguir, foi marcado por uma hipertrofia da produção científica baseada na existência de várias raças humanas (isto é, na poligenia), desiguais e hierarquizáveis entre si, tendo ocorrido o surgimento do Darwinismo Social, “ideologia de exaltação da elite loura de olhos azuis e utilização sistemática da linguagem e dos métodos científicos” (Silveira, 1999, p. 134), que erige-se como programa político totalitário para o globo terrestre e teve no aristocrata francês anti-republicano Georges Vacher de Lapouge, autor do livro *O ariano – seu papel social*, publicado em 1899, representante e nome proeminente, responsável pela introdução do termo *eugenia* no que cria ser ciência contida em sua disciplina batizada por antropossociologia:

Lapouge foi um dos mais importantes representantes do Darwinismo Social, um dos mais cruéis e mais cínicos pensadores políticos de todos os tempos. Ele foi, ao lado de Gustave Le Bon, um precursor e inspirador do Nazismo e das correntes da extrema direita do resto da Europa, dos Estados Unidos e até do Brasil (Silveira, 1999, p. 134).

Logo, para Silvio Almeida (2021, p. 20), a “sociedade contemporânea não pode ser compreendida sem os conceitos de raça e de racismo”. Defende o autor que o processo histórico do Brasil é permeado pelo racismo como fator estruturante das relações sociais e institucionais, “elemento que integra a organização econômica e política da sociedade” (Almeida, 2021, p. 20-21), na medida em que “fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea” (Almeida, 2021, p. 21).

Em tempo, as conceituações de raça e racismo que utilizamos neste trabalho são advindas do autor agora em questão, que constrói sua referida obra, intitulada *Racismo estrutural* (2021), no estabelecimento de relações entre o racismo e 4 aspectos das estruturais sociais, considerados por ele centrais: a ideologia, a política, o direito e a economia.

O termo *raça*, explana Silvio Almeida (2021), não é fixo e nem estático, estando premido por conflitos e relações de poder, em perspectiva processual histórica que o constitui como conceito *relacional e histórico*, o que explica a palavra-chave deste trabalho quanto às “relações raciais” em determinado contexto histórico-social, neste caso, as duas primeiras décadas do século XXI. O seu significado, no real-histórico, diz respeito ao ato de estabelecer classificações, do qual decorrem os processos de hierarquizações.

Se primeiro classificou plantas e animais, o termo *raça*, a partir da metade do século XVI, passa a se referir a categorias de seres humanos, inserindo-se como fenômeno da Idade

Moderna, concomitante ao processo histórico de construção do homem pela filosofia moderna, notadamente do homem universal: europeu, branco e cristão, como vimos.

A questão racial brasileira, portanto, está calcada na compreensão da escravidão duradoura nestas terras e no processo histórico do colonialismo e sua brutalidade, como no caso da repressão à Revolução Haitana. Recorremos às palavras do próprio autor:

Ora, é nesse contexto que a raça emerge como um conceito central para que a aparente contradição entre a universalidade da razão e o ciclo de morte e destruição do colonialismo e da escravidão possam operar simultaneamente como fundamentos irremovíveis da sociedade contemporânea. Assim, a classificação de seres humanos serviria, mais do que para o conhecimento filosófico, como uma das tecnologias do colonialismo europeu para a submissão e destruição de populações das Américas, da África, da Ásia e da Oceania (Almeida, 2021, p. 28).

O colonialismo é expressão temática que não abrimos aqui por conta do prazo para a produção desta dissertação. Sabendo que não tivemos acesso, durante o Ensino Médio (2000-2002), à História e Cultura Afro-brasileira, como preconizaria a Lei 10.639/2003, e tampouco a EREER durante a graduação (2003-2006), compreender o colonialismo é percurso necessário para a formação que continua após a conclusão do mestrado.

Pele negra, máscaras brancas e *Os condenados da terra*, obras publicadas em 1952 e 1968, respectivamente, pelo psiquiatra e filósofo martinicano Frantz Omar Fanon, *Discurso sobre o colonialismo*, do poeta e intelectual Aimé Fernand David Césaire, também martinicano, de 1955, e *Crítica da razão negra*, de autoria do intelectual camaronês Joseph-Achille Mbembe, publicada em 2013, por exemplo, são textos não lidos e aqui não desenvolvidos em parágrafos de sínteses e correlações, e que, portanto, apontam para lacunas, depreendidas como pontos que devem ser ainda percorridos na caminhada que não cessa.

Ou seja, o *civilizado* e o *selvagem* do século XVIII ao *civilizado* e *primitivo* do século seguinte, são pontos que bem poderiam aqui constar, posto que distinções desdobradas do projeto iluminista e que justificaram o colonialismo, o levar a *civilização* em nome da razão. Padecemos, porém, de falta de tempo, este em aceleração social.

Daí a importância de Muniz Sodré, como veremos no capítulo seguinte, como autor que vislumbra o espaço, que teve no fim do século XIX, na Conferência de Berlim (1885), episódio agudo, conhecido como Partilha da África, que materializou o projeto de dominação baseado nas teorias de inferioridade racial de povos subjugados e colonizados, em que régua e compassos foram aplicados pelo colonialismo europeu para traçar mapas a partir de ângulos retos, linhas paralelas e formas simétricas, em descompasso com as territorialidades de nações, reinos, sociedades, grupos étnicos, línguas e dialetos.

Retomando Silvio Almeida (2021, p. 29, *itálico do autor*), que sublinha que os determinismos biológicos e geográficos do espírito positivista do século XIX buscavam explicar as diferenças entre *raças*, em que “a pele não branca e o clima tropical favoreceriam o surgimento de *comportamentos imorais, lascivos, e violentos*, além de indicarem *pouca inteligência*”, podemos pensar os ofícios das letras (literatura e jornalismo), naquele contexto, como que inseridos nos sistemas de representação atinentes a uma concepção geral de mundo, conforme Renato da Silveira (1999).

Dentro da proposta definida de que buscamos o que nós brasileiros falamos e temos falado sobre este vasto território e suas gentes, sobre o que já falamos e temos falado sobre nós, é que citamos, na Introdução, o trecho jornalístico acerca da passagem do suposto furto no navio, em que um “creoulo”, aparentemente livre da existência de um senhor escravista — conforme relata o narrador de 1878 que teria ouvido de outrem — comporta-se como literato e traz, em sua aparência, o uso de um monóculo e de barba e bigode aparados como cavanhaque, a entoar hinos durante o jantar, até que é preso sob acusação e, no desembarque, como que em fecho súbito de escrita ficcional em formato de conto, defronta-se com seu senhor, de quem, por conseguinte, seria fugitivo.

De fato, ao longo da citada obra de Lilia Schwarcz (1987, p. 16), o negro, cativo ou liberto, é associado à representação de suspeito em potencial⁶ nas fontes pesquisadas, considerado o contexto de rebeliões negras e o processo abolicionista em curso, em que a autora se interessa “pelos modos *como brancos falavam* sobre o negro e o representavam num momento de mudanças e transformação nos atributos que formalmente definiam esses elementos”.

De nossa parte, dentre as interpretações possíveis do trecho jornalístico em questão, reiteramos o aspecto do espaço: a concepção implícita de que o “creoulo” de monóculo não deveria ocupar aquele espaço no navio. Ao menos não como ser humano livre, de vida literária e com aparência de homem branco.

“Logo, enquanto a República surgia aos poucos, proclamando a igualdade e o direito de cidadania, a “sciencia” e o jornal buscavam desmentir o que acusavam de “utopia” (Schwarcz, 1987, p. 106, em aspas da autora), a saber, de que os homens nascem iguais. Conforme a autora, parecia caber à ciência (importada da Europa) e à imprensa, inclusive na “secção científica” dos jornais, comprovar que não.

Embora Silvio Almeida (2021, p. 31) assinale que, a partir do século XX, parte da produção científica tenha se esforçado em demonstrar que os determinismos biológicos e

⁶ Sem prejuízo das representações de “suicida”, “degenerado”, “violento” e “feiticeiro”, dentro do recorte temporal de 1870 a 1900 em jornais da cidade de São Paulo-SP.

geográficos não podiam sustentar as hierarquizações a que almejavam, por se constatar que “não há nada na realidade natural que corresponda ao conceito de raça”, como mais tarde provaria o sequenciamento do genoma humano, houve, por exemplo, o genocídio de autoria do regime nazista na Alemanha, baseado em teorias (publicadas em livros e revistas) que buscavam provar diferenças biológicas (inexistentes), por sua vez instrumentalizadas para justificar tratamentos discriminatórios e legitimar a segregação, já que o seu líder tinha em mente e por escrito o objetivo de se alcançar o *Lebensraum*, como se sabe, o “espaço vital” para a “raça ariana” no território europeu no sentido Leste.

Assim, o autor conclui que fato é que “*a raça é um elemento essencialmente político, sem qualquer sentido fora do âmbito socioantropológico*” (Almeida, 2021, p. 31, itálico do autor), necessariamente, como apreendemos ao longo de sua obra, em perspectiva processual histórica e política, entendimento que reforça nosso olhar ao objeto empírico antes de pensarmos na cultura.

Em tempo, diferencia preconceito e discriminação — categorias associadas à ideia de raça — de **racismo**, que define por:

[...] forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam (Almeida, 2021, p. 32, itálico do autor).

Associados à ideia de raça e conceitualmente relacionados com o racismo, **preconceito racial** e **discriminação racial** são definidos, respectivamente, como por:

O preconceito racial é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias. [...] A discriminação racial, por sua vez, é a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racializados racialmente identificados (Almeida, 2021, p. 32, itálico do autor).

A discriminação negativa é a que o autor define como a que traz prejuízos e desvantagens a grupos em processo histórico, sendo a discriminação positiva a que atribui tratamento diferenciado com o objetivo de “corrigir ou compensar a desigualdade” (Almeida, 2021, p. 34), a exemplo da reserva de vagas para pretos, pardos e indígenas na chamada “lei de cotas” (Lei 12.711/2012), dispositivo legal de destaque no contexto da década de 2010.

O racismo materializa-se na discriminação racial negativa, que impõe desvantagens, prejuízos e/ou privilégios, e caracteriza-se por ser sistêmico, não se tratando de um ato ou conjunto de atos, mas de um histórico e político “[...] processo em que condições de

subalternidade e de privilégios que se distribuem entre grupos raciais se reproduzem nos âmbitos da política, da economia e das relações cotidianas (Almeida, 2021, p. 34).

Concluindo este item, ainda tendo em conta o racismo científico, focalizamos Machado de Assis, o analista da alma humana, filiado à ideia de sua relação com os olhos, que lhe serviriam como espelho, pensamento literário de origem bíblica que contrasta com a do suíço Caspar Lavater, do século XVIII, outro exemplo de autor de produção “científica”, que relacionou fisionomia e qualidades individuais, cujo enquadramento “metodológico” equivalia a:

[...] estabelecer o caráter de cada qual pelo exame de traços faciais individuais e logo também pela cor da pele, considerada reveladora da alma. A pele escura, previsivelmente, era tida pela fisiognomia como signo de uma alma perversa, enquanto a pele clara conotava um caráter nobre (Silveira, 1999, p. 102).

A “leitura” da alma a partir dos traços físicos, notadamente pelo viés da cor da pele⁷, também teve como expoente o diplomata e historiador francês Frédéric Portal, autor de, em livre tradução, *A simbologia das cores na antiguidade, na idade média e nos tempos modernos*, de 1837, que exorta:

Símbolo do mal e do falso, **o negro não é uma cor, mas a negação de todas as nuances e o que elas representam**. Assim, o vermelho designa o amor divino; unido ao negro, será o símbolo do amor infernal, do egoísmo, do ódio e de todas as paixões do homem degradado (...) O negro deve ser o símbolo do erro, do nada, do que não existe (...) **O negro é a negação da luz**: ele foi atribuído ao autor de todo o mal e de toda a falsidade (Portal *apud* Silveira, 1999, p. 102, em grifo nosso).

“O mulato de ‘alma grega’ é expressão que se refere a Machado de Assis, tematizada por Terezinha Silva (2014) no bojo de uma sociedade forjada durante séculos de escravidão, que procurava mimetizar a Europa e, na primeira década do século XX, era marcada por helenismo e por preconceito subsidiado por racismo científico em sua “*belle époque tropical*”, especialmente no Rio de Janeiro. Em 25 de novembro de 1908, em carta dirigida ao crítico literário José Veríssimo, o jurista e diplomata Joaquim Nabuco (um abolicionista) expõe sua contrariedade ao uso da palavra “mulato”, empregada por aquele em artigo a respeito da morte de Machado de Assis, ocorrida em 29 de setembro daquele ano:

Seu artigo no Jornal está belíssimo, mas esta frase causou-me arrepio: “Mulato, foi de fato um grego da melhor época”. Eu não o teria chamado mulato e penso que nada lhe doeria mais do que essa síntese. Rogo-lhe que tire isso, quando reduzir o artigo a páginas permanentes. A palavra não é literária e é pejorativa. **O Machado**

⁷ Sem prejuízo dos que propuseram “ler” o ser humano a partir de ângulos faciais e medidas cranianas.

para mim era branco, e creio que por tal se tomava: quando houvesse sangue estranho, isto em nada afetava a sua perfeita caracterização caucásica. **Eu pelo menos só vi nele o grego**” (Nabuco *apud* Silva, 2014, p. 238, em grifo nosso).

As correlações acima citadas, entre corpo e as qualidades de um ser humano, contidas na alma, corroboram com o estabelecimento do olhar deste trabalho: corpo e sua cor representados, o que demanda um aprofundamento a respeito das políticas implementadas para a imigração de brancos europeus, da ideia de embranquecimento da população do Brasil e aproximação do conceito de branquitude, que veremos a seguir.

2.2. Branqueamento e branquitude periférica

*“Nós nem cremos que escravos outrora /
Tenha havido em tão nobre País...”*

(Hino da República dos
Estados Unidos do Brasil de 1890)

A epígrafe deste item deve-se a Lilia Schwarcz (2012, p. 22): “Ora, o sistema escravocrata mal acabara e já se supunha que era passível de esquecimento”. O hino, enquanto peça musical de historicidade latente, parece se inserir na lógica de um país cuja neurose cultural tem no racismo o seu sintoma, como veremos no próximo item através de Lélia Gonzalez (1988; 2018; 2020).

Faz-se necessário, entretanto, compreender que a deflagração da República deu-se em processo histórico em que o estado brasileiro, ainda no período de monarquia, passou a implementar esforços para a vinda de imigrantes europeus para a ocupação e colonização de seu território.

Edson Lopes Cardoso (2014), em sua tese⁸, menciona a decisão imperial nº 80, de 31 de março de 1824, que determinou o estabelecimento de uma colônia alemã no Rio Grande do Sul, onde hoje é São Leopoldo-RS. O texto legal advoga superioridade aos estrangeiros europeus e ordena que a população escravizada no futuro território da colônia germânica seja trazida à Corte, no Rio de Janeiro:

Esperando-se brevemente nesta Corte uma Colônia de Alemães, a qual não pode deixar de ser de reconhecida utilidade para este Império, pela **superior vantagem de se empregar gente branca livre e industriosa, tanto nas artes quanto na agricultura**, [...] 3º, que faça avaliar os escravos pertencentes à Fazenda Pública,

⁸ A referência bibliográfica para essa decisão imperial consta na obra *O Parlamento brasileiro e as relações exteriores (1826-1889)*, de Amado Luiz Cervo (1981).

que ali se acharem, remetendo à sua avaliação, e ficando na inteligência de que, à **chegada dos Colonos, deverão os referidos escravos vir pra esta Corte** (Brasil, 1824a, em grifo nosso).

O intelectual foi um dos quatro ministrantes do curso *Ler o Brasil*, ofertado pela Casa Sueli Carneiro entre novembro de 2022 e maio de 2023. Em seu módulo, intitulado *A mancha indelével da cor: uma aproximação às questões raciais no Brasil*, Cardoso (2022) fala da contemporânea preservação da identidade de imigrante alemão e da vida estável em pequenas propriedades no Vale do Rio Sinos⁹, expressas na dupla cidadania, na prática linguística germânica e nas relações de memória com os antepassados. Atenta que as pessoas africanas e seus descendentes, até então fixados na localidade em que seria formada a colônia de imigrantes, ao serem levados à capital do Império, sofreram novo processo de violência.

O documento legal de que falamos data de 6 dias após a outorga da Constituição de 1824, a primeira após a independência da metrópole portuguesa e “que não fazia menção alguma à escravidão” (Schwarcz, 2018, p. 231). De fato, na Constituição do Império (Brasil, 1824b) não se encontram palavras a partir do radical “escrav” (escravidão, escravo), nem mesmo o termo “cativo”.

No texto da carta magna, em seu artigo 6º, lavrou-se que todos os aqui nascidos são cidadãos brasileiros, sem exceção, ao passo que o artigo 94 proibiu o direito político ao voto por parte dos cidadãos libertos — logo, os negros — o que permite pensar *ab ovo* as ideias de subcidadania (Souza, 2018) e cidadania de segunda classe no Brasil.

Esse raciocínio, atinente a uma fundação constitucional de um “sui generis Império nos trópicos” (Schwarcz, 2018, p. 227), em que há hierarquização da cidadania a partir da cor do corpo, é desenvolvido por Edson Lopes Cardoso no referido curso e mobilizado para considerarmos que Machado de Assis nasce em 1839 em um Brasil monárquico auto-denominado Império, escravagista e mobilizador de esforços estatais para a vinda de imigrantes europeus. “O projeto nacional que então se construía previa, pois, a exclusão de cidadania de amplos setores — indígenas, escravos e mulheres — e jogava a perspectiva da abolição num futuro longo, indeterminado” (Schwarcz, 2018, p. 232).

A experiência da vinda de imigrantes germânicos em 1824 foi a primeira do Brasil Império, mas não inédita no país para a ocupação do seu vasto território. Em 1818, antes da Independência, houve o fracasso de tentativa de estabelecimento de alemães no que hoje é a

⁹ Até 2022, funcionou na Unisinos um dos três Programas de Pós-graduação em Comunicação de Conceito 6 perante a Capes no Brasil, o PPGCOM/Unisinos, extinto por decisão da direção da instituição. Ver notícia: <https://veja.abril.com.br/coluna/veja-gente/curso-de-referencia-em-pos-graduacao-e-fechado-por-crise-financeira>

região Nordeste e de suíços no Rio de Janeiro, o que resultou na fundação de Nova Friburgo-RJ em 1819 sem, contudo, constituir-se em fluxo imigratório (Seyferth, 1996, p. 44).

As duas experiências citadas, pouco antes e logo depois da Independência, compõem o que Giralda Seyferth (1996) delimita como primeira fase do sistema de colonização por imigrantes europeus. Ao menos no que hoje é a região Sul, foi interrompida em 1830. Utilizando dados de José Fernando Carneiro (1950), a autora aponta que, de 1818 a 1850, o Brasil recebeu menos de 20.000 imigrantes europeus.

Em 1850¹⁰, “em ato coincidente com a abolição do tráfico de escravos” (Seyferth, 1996, p. 44), as inquietações sobre a colonização resultaram na Lei nº 601, de 18 de setembro daquele ano, a Lei de Terras. Os esforços de representantes do estado brasileiro em solo europeu, ávidos para trazer imigrantes, porém, tinham diante de si a imagem negativa do país por conta da existência do sistema de escravidão.

A exemplo do item anterior deste capítulo, em que frisamos a impossibilidade de se abordar adequadamente o colonialismo enquanto expressão temática para se entender a questão racial brasileira, neste admitimos a relevância e complexidade do processo abolicionista, que não desenvolvemos muito em razão recorte temático aplicado.

Luiz Gonzaga Pinto da Gama (1830-1882), por exemplo, é nome que por si só demanda atenção e estudo, haja vista seu papel como advogado e abolicionista. No curso *Ler o Brasil*, o ministrante Muniz Sodré (2022) inicia o seu módulo, intitulado *O conceito de liberdade a partir de Luiz Gama*, a reivindicar a epistemologia compreensiva a partir desta frase do líder abolicionista: “Falta-lhe a liberdade de ser infeliz onde, quando e como queira!” (Gama *apud* Menucci, 1938, p. 146-147), proferida em seu escritório diante de um senhor escravagista que relutava quanto à alforria de um escravizado. Citamos integralmente o episódio antes de prosseguir:

Entrou-lhe um dia, pelo escritório adentro, um negro que desejava libertar-se e que ia ali entregar-lhe o montante do pecúlio necessário para que Gama tratasse de alforriá-lo. Enquanto o preto expunha o seu caso, aparece o senhor, que por sinal era amigo do advogado. Estava visivelmente inquieto, triste, abatido. E entrando em explicações, pergunta ao negro porque pretende abandoná-lo, a ele que sempre lhe fora, mais que senhor, um pai estremoso, que sempre lhe dera trato e carinho igual aos de seus filhos.

— Por que queres deixar-me, abandonando o cativo de um homem bom como tenho sido, arriscando-te a seres infeliz quanto estiveres sozinho pela vida?

O escravo não respondia. Não tinha o que reclamar, pois que o amo fora sempre, mais que humano, solícito e bondoso. O senhor não se conformava com a atitude do escravo:

— Por que me abandonas? Que é que te falta lá em casa? Dize... Fala...

¹⁰ A Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850, conhecida como Lei Eusébio de Queirós, ocorreu 5 anos após o Império Britânico aprovar a lei conhecida como Bill Aberdeen, que impunha o fim do tráfico internacional de pessoas.

— Falta-lhe, interveio Gama, dando uma palmada no ombro do preto — falta-lhe o direito de ser infeliz onde, quando e como queira!
E libertou o negro. (Menucci, 1938, p. 146-147).

Para Sodré (2022), o pensamento contido na citada frase de Luiz Gama antecipa em 1 século a perspectiva analítica de Frantz Fanon. Se não temos tempo e fôlego teórico para ler, refletir e desenvolver as ideias desses dois autores nesta dissertação, a entrelaçar o colonialismo ao processo abolicionista, por que mencioná-los? A indicação da ausência importa por sua qualidade e relevância.

O que se espera não é ganhar a simpatia do leitor por artifício de uma falsa modéstia, mas sim sublinhar a complexidade da noção de raça para o processo histórico no globo terrestre, bem como firmar o entendimento de que a questão racial brasileira pode ser acessada (e problematizada) a partir de múltiplos tópicos e olhares científicos. Buscaremos aqui o da Comunicação, sem dúvidas.

Consideramos que, enquanto se dá esta caminhada formativa teórica — cujo pano de fundo inescapável é a Educação — é preciso fazer algo, ir à ação. Neste caso, a utilização do curso *Ler o Brasil*, ofertado por instituição homônima da intelectual negra Sueli Carneiro, é um exemplo de possibilidade: ler e citar autoras e autores negros na Academia, procurando problematizar processos históricos e acontecimentos através de suas contribuições.

Tais reflexões constituem-se pelo uso acadêmico da metalinguagem, função linguística peculiar à personalidade que miramos: Machado de Assis, principalmente em sua obra *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, publicada em 1881, sete anos antes da abolição da escravatura.

O processo abolicionista é complexo e na produção jornalística do período é possível encontrar vasto material empírico para análises científicas. A dissertação *A cor do jornal: exclusão e inclusão do negro na imprensa brasileira* (2020), de autoria de Wellington Geraldo Silva e orientada por Muniz Sodré, é exemplo de texto atual em que se pode visualizar que intelectuais negros, dentre eles Luiz Gama e o próprio Machado de Assis, transitaram por entre frestas do jornalismo autoral do século XIX, sobretudo durante o período anterior à Lei Áurea.

Os espaços e possibilidades encontrados por vozes e corpos negros na chamada imprensa abolicionista, ainda que reprodutora do pensamento da elite escravista, diminuiriam no século XX. O jornal, no Brasil, conforme Silva (2020), sempre teve cor: a branca. Essa conclusão nos interessa.

Retomando, é somente após 1850 que se configura o fluxo imigratório de europeus ao Brasil.

A miscigenação se transformou em assunto privilegiado no discurso nacionalista brasileiro após 1850 - vista como mecanismo de formação da nação desde os tempos coloniais e base de uma futura raça histórica brasileira, de um *tipo* nacional, resultante de um **processo seletivo direcionado para o branqueamento da população**. Como conseqüência, será assunto obrigatório na discussão da política imigratória, especialmente a relacionada com a colonização, porque nesta estava em jogo o outro elemento fundamental para a nação - a ocupação do território (Seyferth, 1996, p. 43, em grifo nosso).

Como explica Lilia Schwarcz (2018), o fim formal do tráfico em 1850 coincidiu com a alta do café (23% entre 1850 e 1851) em mercados estrangeiros e também significou mais recursos para a infraestrutura do país, porque nem todas as receitas do *mercado de almas* eram legalmente contabilizadas ao estado brasileiro monárquico.

Assim, encerrado o tráfico, uma massa de recursos surgiu do dia para a noite, como num passe de mágica. A saída para o Estado foi investir na infraestrutura do país, e acima de tudo na área dos transportes ferroviários. Para dar uma ideia, de 1854 a 1858 foram construídas as primeiras linhas telegráficas e de navegação e as primeiras estradas de ferro. A iluminação a gás chegou às cidades, e o número de escolas e de estabelecimentos de instrução começou a crescer. [...] Além do mais, **como corolário da Lei de Terras e a abolição do tráfico, entrava em cena uma política de atração de imigrantes europeus**. No entanto, o Brasil tinha poucas condições de competir com outros países, sobretudo os Estados Unidos, que ofereciam maiores facilidades na aquisição de terras, possuíam um sistema de transporte mais consolidado e, em parte do território, não tinham escravidão. Mesmo assim, também por aqui, e como alternativa ao braço escravo, a partir de 1850 começou-se a trazer trabalhadores europeus e ocidentais (Schwarcz, 2018, p. 275, em grifo nosso).

Entretanto, nos anos 1850, década de estabilidade econômica do Império, o financiamento da vinda de europeus por particulares, os grandes fazendeiros, gerou impasses e controvérsias. O colapso de imigrantes por dívidas em grandes propriedades desencadeou pequenos conflitos e revoltas.

Em meados dos anos 1860, o governo imperial assume o financiamento enquanto política de captação de europeus, em movimento conjugado à “ciência” da época, que também desembarcava no país.

A década de 1870, além do fluxo de imigrantes europeus, tem contexto específico marcado pela importação das teorias raciais baseadas em modelos biológicos, bem como pela constituição das institucionalidades científicas de pesquisa, ensino e museu em cidades do país. “De um lado, 1871 é um ano-chave na desmontagem da escravidão” (Schwarcz, 1993, p. 19), por conta da Lei do Ventre Livre (Brasil, 1871), do outro, o censo demográfico de 1872 trazia como resultado que a população “negra e mestiça” somava 55% do total.

O ano de 1872, por coincidência, marca a estreia de Machado de Assis como romancista, com a publicação de *Ressurreição*, dois anos depois de sua primeira coletânea de contos, intitulada *Contos Fluminenses*. A década em questão seria de produção literária intensa, com a publicação dos romances *A mão e a luva* (1874), *Helena* (1876) e *Iáíá Garcia* (1878), avalizados por Roberto Schwarz (2000) como obras da primeira fase do escritor.

Imigração de brancos europeus, importação de ciência determinista e positivista e desenvolvimento e surgimento de museus, faculdades e instituições científicas são fatores concomitantes à produção literária do escritor. Em 1877, por exemplo, surge o primeiro curso de Antropologia do Brasil, ofertado pelo Museu Nacional, criado em 1808 por Dom João VI (Schwarcz, 1993).

O Rio de Janeiro, por ser capital do império, foi cidade impactada nas décadas de 1850, 1860 e 1870 pelo fim formal do tráfico e por transformações urbanas que configuraram uma escravidão urbana em que Paris era modelo para ruas, comércios elegantes e determinados espaços culturais.

Machado de Assis nunca deixou o Rio de Janeiro, onde nasceu. Não lhe escapou, portanto, a Rua do Ouvidor, em que se podia trazer a Europa aos trópicos, “onde se abriam a cada dia novas lojas de modistas franceses, floristas, joalheiros, cabeleireiros, charuteiros e até sorveteiros (Schwarcz, 2018, p. 277).

É de Lilia Schwarcz, na sequência do excerto acima, a nota de que o escritor (1884), no conto intitulado *Fulano*, apresenta-nos o protagonista Fulano Beltrão, que ascende econômica e politicamente ao longo dos anos 1860 e passa a adotar o hábito de passear na rua do Ouvidor para ser visto pelas gentes. Mais: posteriormente falece sua esposa, enterrada de forma protocolar, mas cujo mausoléu, trazido da Itália, fica exposto durante quase um mês na mencionada rua.

Todavia, essa mímese fluminense, essa europeidade tropical que idealizava Paris, contrastava com a imigração europeia que tinha nos povos germânicos a sua maioria até pelos menos 1870, década em que os italianos passam a formar o principal grupo a chegar ao país, a encontrar a formação racial brasileira composta pelos povos originários, portugueses e africanos negros.

É desse contexto da década de 1870, quando termina a Guerra do Paraguai, que Lilia Schwarcz (1987) parte para recortá-lo a alcançar 1900. 30 anos de produção jornalística são perscrutados, analisados e problematizados quanto às representações sociais do negro¹¹.

¹¹ Embora a autora tenha analisado jornais da cidade de São Paulo para encontrar as imagens expressas sobre o negro em seus textos, a densidade de sua contribuição historiográfica nos ajuda a pensar o país.

O trecho que citamos na introdução deste trabalho é de 1878 e guarda uma similaridade com o caso de Luiz Gama, citado por Muniz Sodré (2022) e trazido neste item: o aspecto do espaço. No primeiro, o “creoulo” não deveria estar como homem livre em um navio, a entoar versos e vestir-se como branco; no segundo, o cativo ao negro seria o único lugar para uma vida digna e feliz.

Não por acaso, os reinos e populações da África negra estiveram ausentes dos planos para a vinda de imigrantes depois de 1850, seja para o desenvolvimento da agricultura de pequena propriedade e/ou a ocupação do território brasileiro e dos seus chamados vazios demográficos, ainda que neles vivessem escravizados e libertos. Ou seja, imigrantes não brancos estavam fora dos planos para o futuro do país, o que incluía os asiáticos.

De todo modo, é a partir da década de 1880, precisamente de 1886 em diante, que se intensifica a onda imigratória de brancos europeus, ao mesmo tempo em que a monarquia era questionada e a campanha abolicionista tinha curso. Como diz Lilia Schwarcz (1987, p. 38), “a escravidão terminava então em 1888, carregando consigo quase que simultaneamente um império”.

Os anos 1880 são marcados por tensões e disputas para o fim da escravatura e em direção da deflagração de um regime republicano. Neles, precisamente em 1881, com *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, ocorre o que Roberto Schwarz (2000; 2004) define como vira volta machadiana, quando o literato abandona as narrativas a partir do olhar de personagens oprimidos e assume as vestes ficcionais dos senhores. A obra, de onde retiramos a epígrafe desta dissertação, marca o início de sua segunda fase como romancista.

Ainda sobre 1888, o fim formal da escravatura, a tombar consigo uma monarquia nos trópicos, resulta em efeito direto na questão racial brasileira: passa-se a pensá-la predominantemente a partir da ideia de branqueamento como um projeto para o país.

Explica Giralda Seyferth (1996) que o imperativo do branqueamento como solução à questão racial brasileira se dá a partir da República, diretamente associado à produção “científica” sobre as “raças humanas” e à classificação dos imigrantes europeus quanto ao potencial de assimilação, isto é, de miscigenação com a população local, preservadas a língua portuguesa e a prelácia do catolicismo romano, bases desse processo de mistura que geraria o tipo nacional: um brasileiro latino de pele clara, adepto do cristianismo católico romano e falante de português.

Com efeito, a década de 1890 concentrou o recorde imigratório do período de 1880 a 1920, com mais de 1.200.000 pessoas¹², em sua maioria da Europa, sobretudo da Itália. O

¹² Giralda Seyferth (1996) novamente utiliza números de José Fernando Carneiro (1950).

montante da primeira década de República, aliás, é bem maior do que o volume que a decisão imperial de 1824 ensejara.

A monarquia e suas ações de imigração e colonização foram criticadas durante o regime republicano, principalmente porque permitiram a formação de colônias alemãs enquanto redutos homogêneos concentrados no que hoje são os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul na região Sul do Brasil.

Assim, embora “industriosos” nas artes e na agricultura, os alemães, “irredutíveis”, “foram excluídos da condição de imigrantes preferenciais diante da organização étnica assumida nas regiões onde ficaram como colonos” (Seyferth, 1996, p. 56). Ou seja, precursores da imigração no frescor do Brasil Império, seriam preteridos devido ao enquistamento racial em localidades do Sul do país.

Isso significa, ainda conforme Seyferth (1996), que houve uma reclassificação dos possíveis povos imigrantes da Europa durante as primeiras décadas da República, necessariamente baseada na “ciência” e, por conseguinte, em função do potencial de assimilação e miscigenação. Os latinos de Portugal, Espanha e Itália passavam, então, a constituir os grupos ideais para imigrar e colonizar. De todo modo,

na prática, a mudança de regime político não transformou substantivamente a forma de colonizar: colonização com pequena propriedade familiar – portanto, a formação de núcleos agrícolas em terras devolutas – continuou sendo feita com imigrantes europeus, e a introdução dos primeiros japoneses em 1908 criou uma das muitas polêmicas, trazidas do século XIX, relacionadas aos “perigos” da imigração asiática (Seyferth, 1996, p. 56).

O que estava em jogo era a assimilação do imigrante, sobretudo para que resultasse na permanência da língua portuguesa e da fé católica romana. Nesse sentido, o papel reservado aos negros libertos e às populações mestiças país afora era de “nacionalizar” os brancos estrangeiros, de torná-los brasileiros.

Portanto, em tese, o sucesso do branqueamento por assimilação “nacionalizadora” de brancos europeus, por parte de grupos considerados racialmente inferiores, resolveria a questão da dualidade entre paraíso e inferno. Estas terras tropicais e seu céu azul teriam um povo de pele clara e civilizado, a formar uma nação que — se não mais guiada por um rei — teria ordem e progresso sob as leis da República e sua constituição, abençoada pela fé de rito romano.

É neste momento em que acionamos o contributo de Cida Bento (2002, p. 25; 2022) para entender a branquitude, “ou seja, traços da identidade racial do branco brasileiro a partir

das idéias sobre branqueamento”, justamente como um problema do branco na “relações raciais” neste país.

A autora trabalha com cálculo que estima um montante de quase 4 milhões de imigrantes europeus trazidos ao Brasil, com concentração no período das décadas de 1880 a 1920, concordando que o projeto de branqueamento “nasce do medo, constituindo-se na forma encontrada pela elite branca brasileira do final do século passado para resolver o problema ameaçador, majoritariamente não branco” (Bento, 2002, p. 32).

No texto *Branqueamento e branquitude*, Cida Bento (2002) aborda 3 aspectos: a projeção do branco sobre o negro, fundada no medo, os pactos narcísicos entre os brancos, baseados no silêncio, e as relações entre ascensão do negro e branqueamento.

A autora, com base em sua notória experiência em pesquisas científicas e programas institucionais no mundo do trabalho, aponta que o lugar que o branco ocupou e ocupa nas relações raciais brasileiras é impingido por silêncios e omissões.

A falta de reflexão sobre o papel do branco nas desigualdades raciais é uma forma de reiterar persistentemente que as desigualdades raciais no Brasil constituem um problema exclusivamente do negro, pois só ele é estudado, dissecado, problematizado [...] **o foco da discussão e há um silêncio sobre o branco.**

Assim, o que parece interferir neste processo é uma espécie de pacto, um **acordo tácito entre os brancos de não se reconhecerem como parte absolutamente essencial na permanência das desigualdades raciais no Brasil** (Bento, 2022, p. 26, em grifo nosso).

Ou seja, o objeto de estudo empírico construído neste trabalho diz respeito a um problema de brancos, ou melhor, a uma problemática contida na branquitude se consideramos o instante da produção midiática.

Daí que nosso tema dialogue com o grande tema da representação do negro na mídia brasileira, entrelaçado com o da representação do negro na publicidade. Porém, sem que se configure como um estudo de caso de um dos dois. Do contrário, estaríamos impelidos a percorrer uma necessária revisão bibliográfica, a transitar por representações midiáticas e representatividade.

O escritor Machado de Assis teve seu nome canonizado e seu corpo exorcizado, como defende Ramos (2018, p. 21-22): “O fato é que o espectro do corpo negro atormenta a cultura histórica que legou um nome que não pode se apropriar plenamente de seu corpo”. O processo histórico de embranquecimento do literato só foi midiaticamente contestado em 2011, quando segmentos e vozes das audiências puseram-se contrários à sua representação no filme comercial em questão. Até então, era mais um escritor “clássico”, “uma leitura obrigatória em língua portuguesa”, “um grande nome da cultura brasileira” e, portanto, branco.

Assim, embora esta pesquisa concentre-se, por assim dizer, na esfera das mensagens, a ancorar-se em uma análise fílmica, estamos cientes de que a problemática contida na branquitude nos alerta que, na da produção midiática em tela, há um problema que também diz respeito a pessoas brancas.

Situar o objeto é cientificamente importante para delimitar as possibilidades teóricas de chaves explicativas, que serão explicitadas no próximo item.

Para Cida Bento (2002), há uma característica dialógica na branquitude que se manifesta quando há estigmatização de um grupo e omissão diante da violência sofrida e, em paralelo, silenciamento quanto ao que a pratica.

É flagrante observar que alguns estudos das primeiras décadas do século XX focalizaram o branco, não para compreender seu papel nas relações entre negros e brancos, mas para garantir sua isenção no processo de escravização da parcela negra da população brasileira [...] O silêncio, a omissão, a distorção do lugar do branco na situação das desigualdades raciais no Brasil têm um forte componente narcísico, de autopreservação, porque vem acompanhado de um pesado investimento na colocação desse grupo como grupo de referência da condição humana. Quando precisam mostrar uma família, um jovem ou uma criança, todos os meios de comunicação social brasileiros usam quase que exclusivamente o modelo branco (Bento, 2002, p. 30).

Ou seja, houve estudos sobre a questão racial brasileira que silenciaram sobre o branco e o papel da branquitude como preservadora de privilégios.

Assim, não é à toa que mesmo os pesquisadores mais progressistas não percebam o seu grupo racial, que implica um processo indiscutivelmente relacional. Não é por acaso a referência apenas a problemas do Outro, o negro, considerado diferente, específico, em contraposição ao humano universal, o branco. Esse daltonismo e cegueira caracterizam um estranho funcionamento de nossos cientistas e estudiosos, aqui incluídos psicólogos e psicanalistas, que conseguem investigar, problematizar e teorizar sobre questões referentes aos indivíduos de nossa sociedade de forma completamente alienada da história dessa sociedade, que já tem 400 anos (Bento, 2002, p. 41-42).

Nesse sentido, diante de Cida Bento (2002; 2022), devemos nos implicar, momento em que fazemos parênteses na linguagem acadêmica baseada na redação em terceira pessoa do plural: somos um pesquisador branco, ou melhor, sou mestrandando no PPGCOM/UFMS, aspirante a pesquisador e branco, reconhecido no Brasil como branco e, não raro, chamado de “doutor”, racialização que sempre me garantiu privilégios, do mundo do trabalho até a abordagem por forças do que se chama por Segurança Pública.

Como diz Cida Bento (2022), a branquitude se constituiu no processo de colonização como uma narrativa ao longo de sua expansão pelo globo terrestre. Daí que o medo e o sentimento de ameaça afetem sua representação do outro, do negro. Conquanto não tenhamos

desenvolvido o aspecto do colonialismo neste trabalho, cremos que a afirmação da autora sedimenta o percurso bibliográfico trilhado neste capítulo.

A autora se interessa por análises da branquitude na perspectiva da masculinidade, ou seja, em intersecção de raça com gênero, considerando aspectos como mundo do trabalho e o nacionalismo e sua relação com a extrema-direita.

Neste trabalho, não temos metodologicamente um estudo da branquitude contido nos estudos de relações raciais a partir do olhar comunicacional, mas de representação midiática na esfera das mensagens a entrelaçar Comunicação, mídia e relações raciais, como dissemos.

Interessa-nos, contudo, a noção de que a branquitude corresponde a um “conjunto de práticas culturais que são não nomeadas e não marcadas, ou seja, há silêncio e ocultação em torno dessas práticas culturais” (Bento, 2022, p. 62).

Falamos de uma branquitude brasileira, localizada na periferia do modo de produção vigente, que a todo momento precisa se reafirmar porque, em suma maioria, tem ascendentes africanos e/ou originários e pode ser tomada como negra por conta da “regra de uma gota de sangue” (*one drop rule*). Ademais porque, na hierarquização racial no mundo, está abaixo do europeu e do norte-americano de origem anglo-saxã.

“O pavor de um dia ser igualado a um negro é verdadeiro fardo que carrega o homem branco da periferia do capitalismo e um dos fatores que garante a dominação política, econômica e cultural dos países centrais”, observa Silvio Almeida (2021, p. 79).

Por essas razões, deliberadamente definimos o epílogo deste item no ano de 1911, quase um século depois da fundação de Nova Friburgo-RJ por suíços e 3 anos depois da morte de Machado de Assis. O senhor João Batista de Lacerda, professor do primeiro curso de Antropologia do Brasil no Museu Nacional do Rio Janeiro, instituição da qual era diretor (Schwarcz, 1993), comparece ao Congresso Universal das Raças, em Londres, a representar seu país, e prevê:

7. Após um século, provavelmente, a população do Brasil será representada, na maior parte, pelos indivíduos de raça branca, latina, e, ao mesmo tempo, **o negro e o índio terão sem dúvida desaparecido desta parte da América.**

8. Um futuro brilhante está reservado ao Brasil, ele tornar-se-á a estação principal onde a raça latina virá se reanimar, rejuvenescer-se na América do Sul, como os Estados Unidos o foram na América do Norte para a raça saxã (Lacerda *apud* Schwarcz, 2011, p. 18, em grifo nosso).

Uma civilização brasileira latina e cristã nos trópicos. Em um século, branca. Daí que a mais contundente representação social de Machado de Assis, pelas mãos de pessoas

contemporâneas à sua existência, esteja lavrada na memória documental. Em seu registro de óbito (figura 3), é homem branco:

Figura 3 – Certidão de óbito de Machado de Assis (19/10/1908)

25 114 3

Olympio da Silva Pereira
OFFICIAL DO REGISTRO CIVIL

E
ESCRIVÃO VITALICIO DA 6ª PRETORIA DO DISTRICTO FEDERAL.

Em 19 de Outubro de 1908

Certifico que do livro de registro de obitos sob n. 53 consta a fls. 63 e 64 o registro de obito de Joaquim Maria Machado de Assis

Idade sessenta e nove annos

Estado viuvo

Natural de Sta Capital Federal

Profissão de funcionario publico

Filho de

Cor branca

Fallecido de arterio sclerose generalizada ás 3 1/2 horas da manhã dia 19 de Setembro de 1908

Residencia Rua Comendador Nunes de Aguiar

Deixou testamento? Deixou

Nome dos declarantes Rodrigo C. Langgaard Quiper e Bonifacio

Medico attestante Dr. Jayme Simidh de Vasconcelos

Numero do Registro Antecutor e uxente e unico

Lugar do enterramento, Cemiterio de

O referido e verdade; dou fé.

O ESCRIVÃO

Olympio da Silva Pereira
Rio de Janeiro Outubro 1908

Fonte: reprodução da internet.

2.3. Forma social escravista e neurose cultural

“No início da terceira década do século XXI, a questão racial irrompe no mundo como um tópico de primeiro plano e não mais como mera “contradição secundária” conforme diagnosticava uma histórica linha de pensamento, segundo a qual a relação de classe, principalmente aferida pela estrutura econômica, esgotaria as relações caracterizadas como “raciais”

(Muniz Sodré, 2023)

O trecho acima é a primeira frase do livro *O fascismo da cor*, publicado por Muniz Sodré em 2023, poucas semanas depois do “Capitólio brasileiro”, de 8 de janeiro. Coincide também com o ano de aniversário de uma década de “Junho de 2013”, episódio aberto sobre a mesa da historiografia brasileira. Há pressa na ciência social para a compreensão e etnografia (Pinheiro-Machado, 2023a; 2023b) do populismo autoritário de extrema-direita no Brasil e no chamado Sul Global.

A epígrafe deste item gera este *insight*: a assunção transnacional da questão racial ao primeiro plano reforça a pergunta de partida na medida em que mentalmente reexibe o filme *O Bruxo do Cosme Velho* e os sentidos que acionamos são atinentes a disputas por cor do corpo (morfofenotípicas), quando enxergamos uma manifestação da cultura brasileira para além do essencialmente mercadológico contido na assinatura da marca CAIXA. Na prática empírica, como veremos no capítulo *Procedimento metodológico*, relacionaremos as dimensões promocional e fílmica, acrescentando-se, por conseguinte, uma discussão fundamentada no enquadramento teórico.

A atividade publicitária está calcada, ao menos no senso comum, na noção de criatividade. A afirmação de Muniz Sodré (2023) convida a que se assista e reassista, inúmeras vezes, à peça audiovisual em tela na qual em primeiro plano está a questão racial brasileira, ou seja: a focalização, nos variados planos da sequência de cenas, está no racismo. Contudo, em que tipo ou característica de racismo?

Trata-se de um país forjado na retórica de que a independência de Portugal traria liberdade, mas não para a população cativa e escravizada, “deixando inalterada a composição colonial das elites dirigentes e o espírito escravista” (Sodré, 2023, p. 40).

Segundo Muniz Sodré (2023), diferente dos Estados Unidos da América¹³ — cuja justiça considerou constitucional a segregação racial (*separate, but equal*), em 1896, 31 anos depois do fim da escravatura — no Brasil configurou-se, após o 13 de maio de 1888, seguido do golpe militar que fundou a República, uma forma social escravista subsequente ao fim da estrutura (jurídica, econômica e política) escravagista.

Advinda a República, o Estado configura uma casa-grande sem senzala visível. [...] O regime republicano foi instaurado para assegurar a continuidade do ciclo patrimonialista de apropriação de riquezas e poder sob as novas condições do capitalismo industrial. [...] Enquanto a **Abolição** tinha sido uma etapa prevista no processo capitalista de **desmontagem da estrutura colonial** (e ingresso no circuito neocolonialista britânico), a República, embora também muito debatida, foi um fato de última hora, de cima para baixo. A tal ponto que a população do Rio de Janeiro confundiu a proclamação com desfile militar, e os negros temeram que pudesse se tratar da restauração do escravismo (Sodré, 2023, p. 40-41).

A baixa qualidade do regime republicano deflagrado após a Abolição, posto que desfavorável ao caminho igualitário do afrodescendente como cidadão pleno, também se expressou na volição por apagamento e esquecimento do que houve até então. Exemplo disso foi protagonizado por Ruy Barbosa, que na data de 14 de dezembro de 1890, ocupante do cargo de Ministro da Fazenda, assinou despacho ordenando o envio dos documentos e registros da escravidão para que fossem queimados e destruídos na capital da República¹⁴.

O uso do termo “encobrimento” é de Muniz Sodré (2023) para designar a formação social em curso. Se consideramos que o contexto da década de 1890 era de numerosa imigração de brancos europeus, então é válido o raciocínio de “encobrimento” do que havia sucedido entre portugueses, africanos e povos originários, até então protagonistas do “descobrimento”.

O que ocorreu por mais de três séculos entre aqueles três grupos? A formação de uma sociedade plena e formalmente escravista baseada no racismo como uma tecnologia de poder “declarada ou visível, cujo arcabouço consistia em um tríptico de estigmatização/discriminação/segregação, *estruturalmente* ou *sistemicamente* inscrito em leis e fatos normativos” (Sodré, 2023, p. 43-44). De fato,

¹³ O racismo e o sistema político-econômico-militar do país são preliminarmente comentados pelo autor no prólogo, nomeado *Homo americanus*. Por conta da delimitação da questão racial brasileira, em função do que dizemos sobre nós, bem como em razão do pouco tempo para leitura da obra, não trazemos a comparação com o racismo brasileiro, que poderia alcançar o conceito de amefricanidade de Lélia Gonzalez para problematização.

¹⁴ Deve-se considerar, contudo, o contexto de existência de fazendeiros e setores de monocultura desejosos de obter recompensas/indenizações pelo fim da escravidão. O jornal Estado de São Paulo preserva trechos do despacho de Ruy Barbosa: <http://m.acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,a-destruicao-dos-documentos-sobre-a-escravidao-,11840,0.htm>

antes da Abolição, a discriminação era politicamente garantida, e o sistema jurídico mantinha o escravo em seu lugar determinado por meio de uma segregação explícita sem ocupar-se das brechas abertas por negros e mulatos na vida social (Sodré, 2023, p. 111).

E quanto à sociedade pós-abolição? Economicamente, ocorre a excludente transição ao capitalismo industrial, empreendida por uma República em que, juridicamente, por registro textual em sua carta magna, o afrodescendente é cidadão brasileiro mesmo sem frequentar espaços de poder e tomada de decisão.

O arcabouço colonial, que foi uma estrutura, não é, porém, abolido cultural ou simbolicamente. Aí reside a tese de Muniz Sodré (2023), que também procura, é preciso dizer, relacionar os propósitos da racialização pós-Abolição aos do fascismo emergente no continente europeu no começo do século XX. Não havendo tempo para abarcar esse aspecto da tese do autor e porque a conceituação de fascismo por si só engendra expressões temáticas, optamos por concentrar nossos esforços na trilha sugerida pelo “encobrimento” e na permanência cultural ou simbólica do arcabouço colonial, isto é, do espírito escravista, necessariamente autoritário e hierárquico.

Desde o lançamento do livro de Muniz Sodré (2023), iniciou-se debate público sobre o conceito de forma social escravista e o de racismo estrutural, pautado por Silvio Almeida (2021). Entendemos como salutar e histórico o diálogo científico entre dois grandes intelectuais negros sobre o racismo brasileiro, deduzindo que a reposta acadêmica de Silvio Almeida só virá após a conclusão de sua atuação como Ministro de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Nesta dissertação, nem abandonamos o contributo de Silvio Almeida (2021) e nem tomamos a produção teórica de Muniz Sodré (2023) como a verdade acerca da questão racial brasileira. Conceituamos racismo, preconceito social e discriminação racial com o primeiro, com quem também assinalamos o caráter periférico da branquitude brasileira; do segundo, sorvemos o conceito de forma social escravista e a ideia de “encobrimento” para dialogar com Lélia Gonzalez (2020) sobre a neurose cultural brasileira, da qual o racismo é sintoma.

Ora, nem se convalida eventual produção jornalística a promover um ringue político-epistemológico entre duas figuras negras de destaque e capital político, como que a provocar “conflitos entre apoiadores identitaristas”, tampouco se fomenta adesão sectária ao conceito de forma social escravista que esvazie a capilaridade e a potência da expressão “racismo estrutural” no real-histórico para o enfrentamento ao racismo e à morte diária de brasileiros de pele escura.

O próprio Muniz Sodré, em entrevista ao veículo Folha de São Paulo¹⁵, reconhece que a expressão “racismo estrutural” tem importância política na atualidade¹⁶, embora questione sua cientificidade. Na obra em questão, a nota de rodapé número 22 do primeiro capítulo registra:

Consideramos, entretanto, que a expressão “racismo estrutural” tem um alcance político no discurso antirracista, o que nos leva a relativizar o peso da argumentação de natureza epistemológica. Em outras palavras, **caracterizar o racismo brasileiro como estrutural é uma tática discursiva** que suspende momentaneamente a precisão teórica em favor da retórica ativista (Sodré, 2023, p. 60).

Retomamos o percurso entorno da forma social escravista, baseada na negação do preconceito e da discriminação raciais.

É oportuno salientar que o autor reconhece o racismo em seus vetores morfofenotípico e cultural, sendo que este incide sobre o “complexo civilizatório e cultural afro-brasileiro” (Sodré, 2023, p. 106). Refere-se à religiosidade como uma de suas variantes, quanto ao racismo religioso, mas também podemos acionar a comunicacional. Quanto ao nosso objeto de estudo, seu raciocínio sobre o racismo na cultura impele-nos a olhar para a representação midiática de Machado de Assis e ao redor nas cenas, para a expressão civilizatória que se apresenta enquanto o literato flana pelas ruas de um Rio de Janeiro de começo de século em *O Bruxo do Cosme Velho* (Caixa, 2011).

Apagamento, “encobrimento” e negação levam-nos a procurar pelo contributo de Lélia Gonzalez, conscientemente em sentido afrodiaspórico. Sua produção intelectual foi inventariada apenas recentemente, nos livros *Primavera para as rosas negras* (2018) e *Por um feminismo afro-latino-americano* (2020). Neste, dos 44 tópicos no sumário, 33 deles dizem respeito a publicações em jornais, entrevistas e intervenções públicas. A inserção de suas ideias neste trabalho procura tensionar o apagamento epistemológico de que padeceu por pelo menos duas décadas.

É possível que Lélia Gonzalez (1988; 2018; 2020) concordasse com o argumento de Muniz Sodré (2023), pois criticava a redução da questão racial brasileira a uma meramente socioeconômica, em que a resolução do problema da luta de classes pudesse liquidar com a discriminação racial. A intelectual questionava a “abolição formal” da Lei Áurea no sentido sócio-cultural, donde aproximamos o conceito de forma social escravista de Muniz Sodré ao

¹⁵ Na entrevista, Muniz Sodré também reforça que o racismo brasileiro é fundamentado na negação do preconceito e da discriminação. Disponível em: [Aceito a expressão, mas racismo não é estrutural no Brasil, diz Muniz Sodré \(uol.com.br\)](https://www.uol.com.br/muniz-sodre/entrevista-muniz-sodre-entrevista-fohla-de-sao-paulo)

¹⁶ No dia 21 de julho de 2023, a Rede Globo exibiu episódio da novela *Vai na fé* e o uso da expressão “racismo estrutural” foi feito pela personagem Lumiar, interpretada pela atriz branca Carolina Dieckmann, uma advogada e professora que, diante de uma sala de aula de graduandos em Direito, aborda o racismo brasileiro.

de racismo por omissão¹⁷ de Lélia Gonzalez na sua compreensão do racismo no âmbito da cultura brasileira.

O diagnóstico de Lélia Gonzalez (1988) é de que o racismo brasileiro é profundamente *disfarçado*¹⁸. Em sua trajetória¹⁹ de produção científica e atividades nacionais e internacionais de prática social, a autora avalizou a intersecção entre raça, gênero e classe, especificamente na problematização da figura da mulher negra na formação sócio-histórico-cultural do Brasil e sua condição no mundo do trabalho, racialmente hierarquizado, em cuja base está desfavoravelmente localizada. Diz em artigo publicado no jornal *Folha de São Paulo*, no ano de 1981:

A situação da mulher negra, hoje, não é muito diferente de seu passado de escravidão. Enquanto negra e mulher, é objeto de dois tipos de desigualdades que fazem dela o setor mais inferiorizado da sociedade brasileira. Enquanto trabalhadora, continua a desempenhar as funções modernizadas da escrava do eito, da mesma mucama, da escrava de ganho. Enquanto mãe e companheira, continua aí, sozinha, a batalhar o sustento dos filhos, enquanto o companheiro, objeto da violência policial, está morto ou na prisão, ou então desempregado e vítima do alcoolismo. Mas seu espírito quilombola não a deixa soçobrar (Gonzalez, 2020, p. 1999).

Cida Bento (2002; 2022), por sua vez, aciona raça, gênero e classe para problematizar o homem branco no mundo do trabalho, e destaca a importância do estudo da branquitude em intersecção com a masculinidade e nacionalismos de extrema-direita na atualidade.

Este trabalho delimita área em torno da noção de raça e suas implicações nas representações midiáticas, cujo pano de fundo é a cultura. Lélia Gonzalez (2020) critica a folclorização do índio, do negro, da mulher e dos setores populares e o apagamento de suas contribuições na formação histórica e cultural do Brasil.

A autora argumenta que o racismo brasileiro opera em duplo nó, pelo movimento da ideologia do branqueamento, ou apenas branqueamento, baseado na internalização e reprodução da brancura ocidental, e pelo mito da democracia racial²⁰, sendo que este se dá à custa da negação do negro e de sua própria identidade.

¹⁷ O argumento de que a cultura brasileira é neurótica por negar o racismo aparece em 2 artigos em jornal e 2 em revistas científicas, entre 1983 e 1988: *Racismo por omissão* em agosto de 1983, na *Folha de São Paulo*, *Racismo e sexismo na cultura brasileira* no mesmo ano, na revista *Ciências Sociais Hoje*; *Nanny; pilar da amefricanidade*, em 1988, na revista *Humanidades*, e *A categoria político-cultura da amefricanidade*, no mesmo ano, na revista *Tempo Brasileiro*.

¹⁸ O uso do itálico consta no texto da autora, que aponta que o outro racismo, *aberto*, de segregação explícita, diz respeito ao “mundo” anglo-saxão, francês e holandês.

¹⁹ O inventário intelectual de *Por um feminismo negro afro-latino-americano* (2020) reúne textos e transcrições de falas de 1975 a 1994, quando Lélia Gonzalez falece.

²⁰ A exemplo do colonialismo e do processo abolicionista nos itens anteriores deste capítulo, o mito da democracia racial e o próprio Gilberto Freyre não são desenvolvidos como expressões temáticas.

Em 1983, publicou o artigo *Racismo por omissão* no mesmo veículo jornalístico paulista. No texto, questiona propaganda do PT veiculada na televisão²¹ aberta no dia 5 de agosto daquele ano, em que 10 temas foram apresentados, sem que se tratasse diretamente da questão racial brasileira:

Para não fugir à regra, o PT na tv não deixou por menos: tratou dos mais graves problemas do país, exceto um, que foi “esquecido”, “tirado de cena”, “invisibilizado”, recalcado. É a isto, justamente, que se chama de **racismo por omissão**. [...] Para concluir, direi que o ato falho com relação ao negro que marcou a apresentação do PT me pareceu de extrema gravidade não só porque alguns dos oradores que ali estiveram possuem nítida ascendência negra, mas porque se falou de um sonho; um sonho que se pretende igualitário, democrático etc., mas exclusivo e excludente. Um sonho europeizantemente europeu. E isso é muito grave, companheiros. Afinal, **a questão do racismo está intimamente ligada à suposta superioridade cultural**. De quem? Ora... Crioléu, mulhero e indiada deste país: se cuida, moçada! (Gonzalez, 2020, p. 221, em grifo nosso).

Para a autora, o racismo por omissão define-se como um dos aspectos do branqueamento que, “colonizadamente, quer nos fazer crer que somos um país racialmente branco e culturalmente ocidental, eurocêntrico” (Gonzalez, 2020, p. 221).

No mesmo ano de 1983, mantendo a perspectiva interseccional, a sublinhar a mulher negra, mas desta vez em periódico científico, publicou o texto *Racismo e sexismo na cultura brasileira*, em que afirma: “para nós o *racismo* se constitui como a *sintomática* que caracteriza a *neurose cultural brasileira*” (Gonzalez, 2020, p. 76, itálico da autora). Uma cultura neurótica porque é afro-brasileira e recalca o “afro” e a África.

Além de convergirem quanto a não solução da questão racial por força da resolução da luta de classes, Lélia Gonzalez (1988; 2018; 2020) e Muniz Sodré (2023) aproximam-se no entendimento de que o aspecto cultural é chave para se compreender a racialização e o racismo após 1888 e para se ler o Brasil.

Visualizamos no conceito de racismo por omissão²² a chave explicativa para a análise do objeto empírico. Se é na cultura em que se dá a permanência do arcabouço colonial, da mentalidade escravista, promovemos uma aproximação ampliada: na forma social escravista (Sodré, 2023), o racismo por omissão (Gonzalez, 2020) é possível, entre diversas razões, por conta de acordo tácito da branquitude através de um pacto narcísico (Bento, 2022), em que os problemas da questão racial brasileira dizem respeito exclusivamente ao negro, não ao branco, que se assim se invisibiliza nas relações raciais.

²¹ Procuramos pelo material audiovisual na plataforma YouTube e não encontramos. Pretende-se, após a conclusão do mestrado, solicitar acesso ao acervo do PT, de modo que se possa analisá-lo cientificamente como material empírico para pesquisa qualitativa.

²² Lélia Gonzalez (1988) utiliza a categoria freudiana *denegação* (verneinung) para fundamentá-lo.

Lélia Gonzalez compreendia o contexto da chamada redemocratização, durante 1985 a 1988, como oportunidade para uma efetiva democratização institucional, em razão do processo histórico que excluiu e discriminou o negro e o afrodescendente brasileiro, sem representatividade nos espaços midiáticos e políticos. Queixa-se durante seu discurso na Assembleia Constituinte de 1988:

É então que vamos perceber que nesse período, que vem de 1888 para cá, as grandes promessas da campanha abolicionista não se realizaram; aquelas promessas de que o negro pode ser doutor, que pode ser isto e aquilo, que pode pretender uma ascensão social, nada disso aconteceu (Gonzalez, 2020, p. 248).

A redemocratização, para a autora, é democratização para mulheres, negros e índios, sobretudo para estes dois últimos grupos, na medida em que os conselhos cidadãos relacionados à mulher apontavam para uma inclusão de suas questões no debate e no estado, “porque para nós negros, para nós índios, para nós mulheres jamais houve democracia neste país” (Gonzalez, 2020, p. 237). Mais uma vez encontra Muniz Sodré (2023), para quem a democracia moderna não é compatível com a existência de cidadãos de segunda classe. Em palavras diretas: inexistente.

Pelo racismo ser questão nacional primária, conforme Muniz Sodré (2023), justificamos a afixação deste capítulo teórico após a introdução. O percurso em torno da noção de raça demonstrou que o racismo científico participou da constituição de uma hegemonia inédita em nível global e imbricou-se em sistemas de representação atinentes a uma concepção geral de mundo, nos quais inserem-se a literatura e o jornalismo — praticados por Machado de Assis.

A conceituação de racismo, preconceito racial e discriminação racial com base no tom didático de Silvio Almeida (2021) estabeleceu suas utilizações ao longo deste trabalho.

A aproximação de Muniz Sodré (2023) à Lélia Gonzalez (1988; 2018; 2020) caracteriza o racismo neste país a partir e na cultura brasileira: é neurótica, o que implica que sua branquitude periférica também é. Sobre a política de branqueamento e sua intensa aplicação entre 1890 e 1930, em que pese:

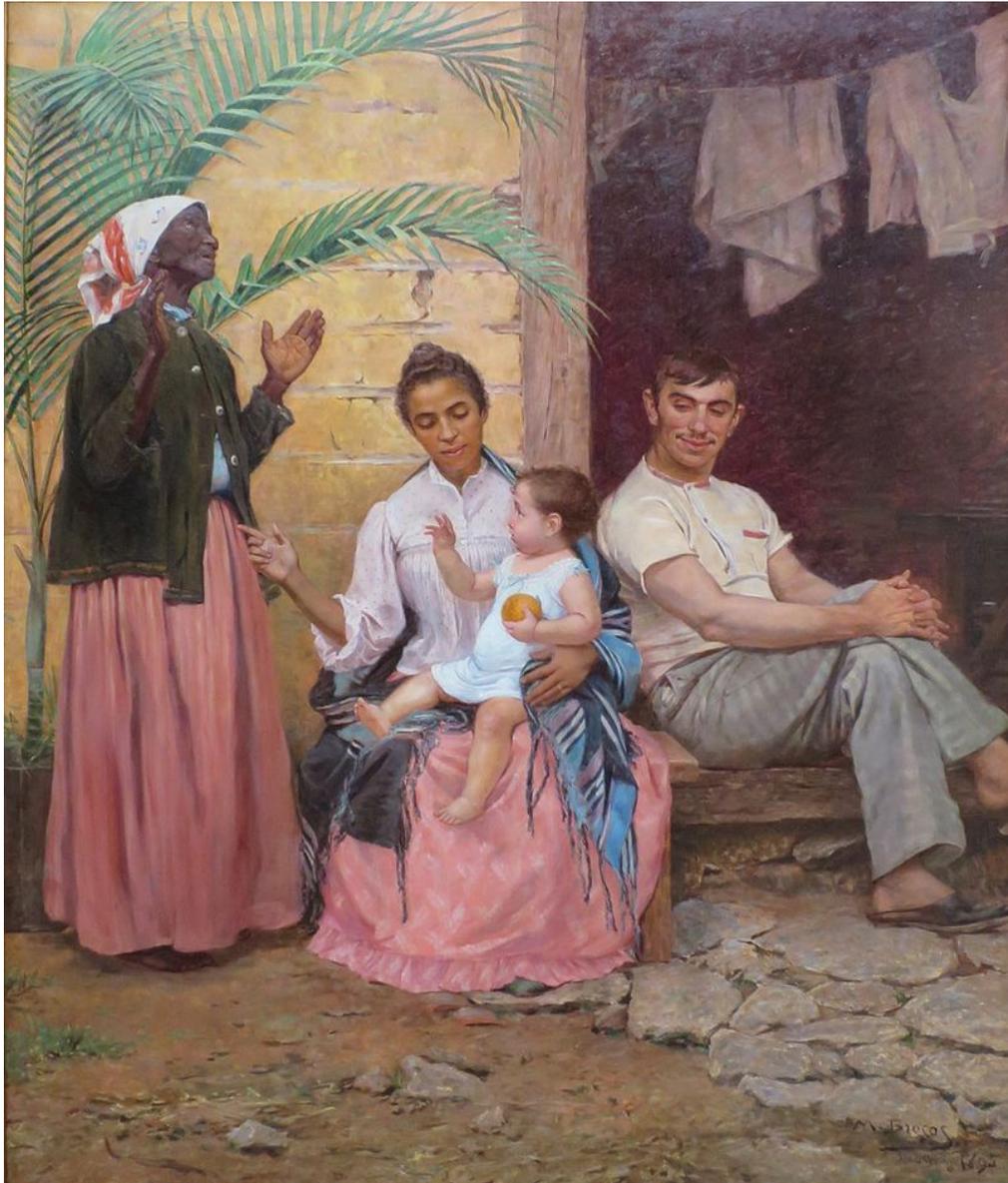
[...] não ter se materializado em termos demográficos (embora tenha resultado no genocídio de uma grande parte da população negra), ideologicamente ela se manteve efetiva em outros níveis: **a projeção do Brasil como um país racialmente branco e culturalmente europeu** (Gonzalez, 2020, p. 169, em grifo nosso).

Portanto, a projeção de um Brasil branco, latino, civilizado e sem negros em 1 século, como queria João Batista de Lacerda em seu discurso de 1911, só é possível, entre outros

fatores, pelo pacto narcísico da branquitude (Bento, 2022) e se operacionaliza, entre outros instrumentos, pelo racismo por omissão (Gonzalez, 2020), sintoma de uma cultura neurótica.

É como se a projeção contida na representação no quadro (figura 4) do pintor espanhol Modesto Brocco y Gómez, radicado no Brasil em 1890, ilustrasse a forma social escravista e a neurose cultural brasileira, a apontar a solução para o problema do país paradisíaco:

Figura 4 – Óleo sobre tela de Modesto Brocco y Gómez, intitulado *A redenção de Cam*²³ (1895)



Fonte: reprodução da internet.

²³ A legenda do quadro era “Negro passando ao branco, na terceira geração, por efeito do cruzamento de raças”.

3. COMUNICAÇÃO E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

3.1. Comunicação e mídia

“O homem é essencialmente existência, logo está referido a possibilidades, que não se realizam no diálogo abstrato consigo mesmo e sim, concretamente, no comum das coisas e das pessoas, embora com diferentes modos de ser entre umas e outras”

(Muniz Sodré, 2014)

A palavra *comunicação* estende-se das trocas intersubjetivas, em que reside a conversação humana em si, até a transmissão de sinais e mensagens por tecnologia avançada. Ou seja, sintetiza diversas práticas contemporâneas e resulta em uma vasta gama de termos técnicos e especializados, com implicações sociais, mas também acadêmicas.

O parágrafo acima é paráfrase da abertura da introdução da obra *A ciência do comum: notas para o método comunicacional*, de Muniz Sodré (2014), com o acréscimo de conjunção adversativa para sublinhar a proposta do autor quanto à constituição de uma unidade de saber na chamada grande área de Ciências Humanas e Sociais e o interesse nosso de percorrê-la neste item como exercício epistemológico e para o enquadramento do objeto de estudo.

Academicamente, o autor mais citado na Comunicação neste país é Muniz Sodré, um intelectual negro, que lê e estuda Filosofia e Literatura, tendo domínio e fluência acerca do chamado cânone ocidental, a que mobiliza sinopticamente. Tem importância que um nome de destaque da área seja um homem de pele escura, que observa a aceleração social do tempo e pensa a partir do espaço, substanciado no terreiro.

A questão adversativa contida na introdução da citada obra reside na condição epistemológica da palavra *comunicação*, cujo nome próprio (Comunicação), segundo o autor, não se constitui como uma disciplina ou, em outras palavras, um saber positivo.

Ainda da introdução, temos que os seres humanos são comunicantes não porque falam, “mas porque *relacionam* ou *organizam* mediações simbólicas — de modo consciente ou inconsciente — em função de um *comum* a ser partilhado” (Sodré, 2014, p. 9, itálico do autor).

Em sua visada teórica, as mediações simbólicas (a linguagem, mas também a leis, os costumes, as formas culturais e a política, por exemplo) não se circunscrevem “à lógica

sintática ou semântica dos signos, porque são *transverbais*, oscilantes entre mecanismos inconscientes, palavras, imagens e afecções corporais” (Sodré, 2014, p. 9, itálico do autor).

Assim, sua perspectiva para a ideia de comunicação está entre as que excedem os modelos de transmissão de signos, embora reconheça a expansão do termo que tem origem no latim *communicatio/comunicare*. De fato, no século XX, os sentidos de partilha, de participar de algo, de pôr-se em comum, alcançam o de transmissão, sobretudo com o peso econômico e político do mundo anglo-saxão e sua *communication*, baseada em técnicas e tecnologias eletrônicas.

Contudo, para Muniz Sodré (2014) — do advento da eletricidade aos atuais sistemas complexos movidos por tecnologias eletrônicas avançadas, que se espraiam em redes e plataformas — não somente a ampliação das possibilidades de transmissão de informações enseja uma singularidade a partir da expansão do termo *comunicação*, mas também o desenvolvimento disto: a publicidade²⁴, isto é, a ideia de persuasão.

Antes de abordarmos a noção de mídia e a publicidade, procuramos definir o termo informação e discerni-lo de comunicação.

Conforme o supracitado autor, a palavra *informação*, em seu sentido original, diz respeito à codificação organizada em se dar forma ou mesmo estrutura a algo (matéria) ou a uma relação e, ao mesmo tempo, ao inerente fluxo (transmissão) de sinais de um polo a outro, o que possibilita a quantificação, metrificação e/ou mensuração. Admite a incorporação da palavra à atividade jornalística e sua aderência às noções de sociedade/era da informação, haja vista sua energia e eficiência econômica.

De todo modo, “*informação* não é nada capaz de lançar alguma luz sobre essa indeterminação semântica e teórica” (Sodré, 2014, p. 12), na medida em que, a exemplo do ouro para a economia, na condição de equivalente geral para as trocas linguísticas, mitiga a comunicação inerente às mediações simbólicas. No caso, indeterminação a respeito de uma “ciência” da comunicação.

O teórico visa à sistematização científica e sublinha seu interesse pelo o que é comunicação/informação²⁵ e sobre o que se tem designado por TIC, que define como “combinação de processamento de dados com a eletrônica e as telecomunicações” (Sodré, 2014, p. 20). Advoga que a comunicação se coaduna com a constituição do *comum* humano, “agora reinterpretado pelos sistemas movidos à tecnologia eletrônica” (Sodré, 2014, p. 16), pela tecnociência.

²⁴ Neste trabalho, utilizaremos o termo publicidade como sinônimo de propaganda comercial (para diferenciá-la da política e religiosa) e equivalente ao substantivo inglês *advertising*.

²⁵ O desenvolvimento do raciocínio do autor faz do binômio *comunicação/informação* um sinônimo para *comunicação funcional*.

Se podemos formular uma paráfrase ou um entendimento prévio do que propõe o autor, temos que: as forças vivas do *comum* estão nas palavras e no corpo, por exemplo, mas também — na contemporaneidade, sob forma técnica — na informação, com o destaque ou ressalva de que as novidades tecnológicas e o avanço da tecnociência não definem a comunicação, que reside na dimensão simbólica (Sodré, 2014).

Nas palavras do próprio Muniz Sodré (2014, p. 15, em grifo nosso), a comunicação significa, “em sua radicalidade, o fazer organizativo das mediações imprescindíveis ao comum humano, a **resolução aproximativa das diferenças** pertinentes em formas simbólicas”.

Quanto ao termo mídia, o que é? Concatena a diversidade de dispositivos de informação, com ressalva: “embora comunicar não seja realmente o mesmo que informar, a pretensão ideológica do sistema midiático é atingir, por meio da informação, o horizonte humano da troca dialógica supostamente contida na comunicação (Sodré, 2014, p. 11). Como conceito, pode ser acessado como um sistema de produção e distribuição de informações.

O primeiro capítulo da obra em que nos detemos é intitulado *Uma ciência pós-disciplinar*. Após perpassar a Sociologia, a Antropologia e a Economia²⁶, o autor identifica uma permanência do viés sociológico, de um sociologismo cultural (funcionalista) no campo comunicacional. Por isso, atenta que “os fatos sociais não tem uma ontologia própria, exterior à sua reprodução midiática” (Sodré, 2014, p. 106).

Problematiza os conceitos de mediação e midiatização sem que a distinção entre si implique em mútua exclusão. Quando critica a separação entre produção e consumo de mensagens em autores da sociologia da cultura, argumenta que:

Essa separação desaparece no **conceito de midiatização**. Não se trata aqui da transmissão de acontecimentos por meios de comunicação (como se primeiro se desse o fato social temporalizado e depois o midiático, transtemporal, de algum modo), nem é o trabalho das mediações simbólicas sobre a mídia (como pode dar a entender a expressão “o meio e suas mediações”), e sim um *conceito* que descreve o funcionamento articulado das tradicionais instituições sociais e dos indivíduos com a mídia. Uma comparação simplificadora: na mediação, uma imagem é algo que se interpõe entre o indivíduo e o mundo para construir o conhecimento; na midiatização, desaparece a ontologia substancialista dessa correlação, e o indivíduo (ou o mundo) é descrito, ele próprio, como imagem gerida por um código tecnológico (Sodré, 2014, p. 108, em grifo nosso).

O autor reforça que midiatização é um conceito e não uma metáfora para uma totalidade substancial, uma metaestrutura baseada em sistema autônomo (embora o sistema

²⁶ Esta desconstruída pelo autor como ideologia.

mediático tenha pretensões ideológicas) e coerente. Logo, não conclui, não resolve a questão epistemológica da comunicação.

Apesar da indefinição epistemológica do campo, a sua diversidade de temas pode ser considerada como algo positivo, como sinal de riqueza semiótica, de capacidade de correlação de ideias e conceitos para a expressão das tensões do real-histórico, estando o problema na “falta de conexão das linhas de pesquisa, o que prejudica a coerência científica do campo e termina induzindo à dispersão cognitiva” (Sodré, 2014, p. 93-94).

O próprio autor, depois de abordar os termos comunicação, informação e mídia, procura situá-los diante do modo de produção vigente e seu estágio atual.

Para começar, capitalismo financeiro e comunicação constituem hoje, no mundo globalizado, um par indissociável. O capitalismo contemporâneo é ao mesmo tempo financeiro e midiático: financeirização e mídia são as duas faces de uma moeda chamada sociedade avançada, essa mesma a que se vem apondo o prefixo “pós” (pós-industrialismo, pós-modernidade etc.) (Sodré, 2014, p. 55).

Nesse sentido, importa o seu entendimento de que globalização e finanças se equivalem, e que aquela diz menos respeito ao ser humano e suas diversidades do que à reorganização do modo de produção no globo terrestre.

Muniz Sodré (2014, p. 56) reconhece um novo modo de ser da riqueza, a financeirização, que “requer o concurso historicamente inédito da comunicação e da informação [...] como biombo ideológico”. Trata-se de um par, de uma conjugação contemporânea capaz de impor velocidade nas circulações em fluxos, conexões e redes, em midiatização generalizada.

Uma conclusão possível através do primeiro capítulo da obra em pauta é de que, embora a questão de um campo epistemológico próprio da comunicação — necessariamente não restrito aos estudos de mídia, “como ciência social específica da tecnocultura” (Sodré, 2014, p. 117) — não esteja resolvida e siga em debates científicos ainda sem um consenso intelectual, a ideologia predominante do campo comunicacional está definida: neoliberal, pactuada com a financeirização do mundo e com o mercado.

No segundo capítulo, intitulado *A inteligibilidade redescritiva*, o autor reflete sobre o estatuto de *ciência* e sua relação com a perda de vigor da Modernidade ocidental. Evidencia uma ambivalência: a questão do por que da Comunicação como ciência, ao mesmo tempo em que a ideia de ciência está em questionamento, bem como a noção de saber do tipo científico. De todo modo, “a verdade científica é *uma* forma de verdade, ou seja, de desocultamento, que implica iluminação e abertura da existência humana” (Sodré, 2014, p. 126).

A forma midiaticizada tem persistido nas últimas décadas como um “parque” tecnológico integrado e adequado aos regimes de visibilidade pública e de representação do capital em sua fase financeira e globalista. Ela é o sintoma mais evidente da mutação civilizatória que preside à emergência de uma nova **reorientação existencial (o *bios virtual*), economicamente regida por capital financeiro e mercado, com o auxílio de uma estetização generalizada pela ação da mídia (*bios midiático*)**. Produto direto da sociedade tecnocultural, essa forma contribui para acentuar a crise de objeto das ciências sociais tradicionais, conformadas por um espaço-tempo anterior e muito distinto daquele em que se desenvolve a midiaticização (Sodré, 2014, 145, em grifo nosso).

A sugestão de um quarto *bios* existencial, a partir de Aristóteles, está lavrada na produção teórica de Muniz Sodré (2002) em *Antropológica do espelho*.

Teoriza acerca de um quarto *bios*, virtual, regido pela midiaticização, em que relações humanas passam a se virtualizar/telerrealizar, sublinhando a ocorrência de efeitos políticos e culturais. Por conseguinte, imagem pública acaba por não ser a “representação tecnicamente audiovisual (retrato, filme, etc.) de um referente humano, mas um simulacro verossímil ou crível. É a realidade tecnocultural de uma aparência, de uma sombra” (Sodré, 2002, p. 37).

O campo do audiovisual, com o advento das tecnologias de imagem e som, e podemos dizer também que através das TIC, ou seja, com o computador e a *internet*, enseja uma outra modalidade de representação, uma *simulação digital*, num espaço-tempo em que fatos e coisas são *reapresentados* em fluxo eletrônico, o que implica um novo regime de visibilidade pública (Sodré, 2002, p. 16-17, em itálico do autor).

Tal fluxo eletrônico, mas também mnemônico e cognitivo, assim entendemos, diz respeito ao que Todd Gitlin (2003) chama por torrente midiática.

No regime de que fala Muniz Sodré (2002), a imagem publicitária implica que mais importa o desempenho midiático do que conteúdos racionais e programáticos. De fato, o campo da Comunicação Política, sobretudo na última década, teve de debruçar-se sobre atores políticos e suas performances na mídia tradicional e nas plataformas digitais, a praticar um gerenciamento dos ânimos e humores dos cidadãos e de seus apoiadores, em detrimento de planos de governos e de políticas públicas.

Por isto, o “espelho” midiático, com todas as suas variadas técnicas de verossimilhança “naturalista” (a clonagem imagística do mundo, seja por imagens cinematográficas e televisivas, seja pela visualidade computacional das redes) é, em si mesmo, gerador de **um novo tipo de controle moral, publicitário-mercadológico** (Sodré, 2002, p. 53, em grifo nosso).

Aplicando o raciocínio de Muniz Sodré à primeira versão da peça publicitária *O Bruxo do Cosme Velho*, de 2011, destacamos que na estesia midiática e o que ela *ilumina*, ocorre que:

Pode-se também deixar na obscuridade fatos históricos importantes e assim apagá-los da consciência pública [...] **Por isto é que se pode ocultar mostrando**, ou seja, exibir, realisticamente um aspecto do mundo, mas ao mesmo tempo impedir sua justa interpretação por meio de um “engana-olho” estético: o “agradável” da forma exibida anestesia sensorialmente a sensibilidade crítica (SODRÉ, 2002, p. 58-59, em grifo nosso).

Quando consideramos o regime de visibilidade público implicado pelo *bios* midiático, temos que relacionar, portanto, imagem publicitária e corporeidade. No caso do literato Machado de Assis, seu nome foi santificado e seu corpo exorcizado (Ramos, 2018).

A *mimesis* fotográfica de 1892 (figura 1), efetuada quando do autor empírico ainda vivo, mais de um século depois é convertida em suporte material para uma *mimesis* algo fantasmagórica (figura 2), em que o corpo exorcizado, insepulto, é rerepresentado como negro, como que a corroborar a alcunha de Bruxo do Cosme Velho. Por conseguinte, antes de ser verossímil, o literato “real” da campanha da Zumbi dos Palmares é virtual. Uma sombra virtual. Ou melhor, uma sombra simulada digitalmente (Sodré, 2002). Contudo, permanecemos tendo como objeto de estudo a primeira versão do filme publicitário.

O *bios* virtual (Sodré, 2002) perpassa a existência humana no campo e na cidade, acima das placas tectônicas cingidas pelo oitavo continente, constituído por *bytes* (Sodré, 2014), este por sua vez percorrido pelos fluxos caudalosos da ilimitada torrente midiática (Gitlin, 2003), que, no alvorecer deste século, deságua no oceano dos dados da inteligência artificial.

Epistemologicamente, absorvemos a noção de que caminhamos para além de um estudo de mídia, e distinguimos comunicação de informação. Sobretudo, compreendemos a comunicação como resolução aproximativa das diferenças. Neste caso, na cultura em face de texto publicitário resultante de prática logotécnica.

3.2. Publicidade, elites logotécnicas e representações sociais

“A publicidade não é alheia à dinâmica simbólica que rege as relações raciais no Brasil. Por ação e omissão, ela é instrumento eficaz de perpetuação de uma estética branca carregada de implicações racistas”

(Carlos Hasenbalg, 1982)

Se a publicidade soma-se à informação para a expansão contemporânea do termo *comunicação* (Sodré, 2014) e a questão racial é primária para se entender o Brasil (Sodré, 2023), então esta pergunta é importante: se a cor do jornal é branca (Silva, 2020), qual é a da publicidade brasileira?

Danila Dourado, André Brazoli e Teresa Rocha (2015) encontraram apenas 3 altos executivos no mercado publicitário dentre 404 profissionais, considerando os cargos de presidente, vice-presidente, sócio-executivo e diretores setoriais nas 50 maiores agências do país, com base no Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope).

Em comunicação oral apresentada durante a 33ª reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em Salvador, no ano de 1981, Carlos Hasenbalg (1982) apresentou resultado de pesquisa que detectou a presença de apenas 3% de negros em amostra de 203 anúncios publicitários.

Mesmo que já tenhamos explicitado que nosso tema não implica em revisão bibliográfica acerca da representatividade do negro na publicidade, a pesquisa do autor é útil porque desvela dois aspectos qualitativos em sua análise: o ideal da branquidão a partir do tipo nórdico, logo, anglo-saxão, e a evidência de desassociação do negro a determinados produtos anunciados nas peças tomadas como material empírico. Naquele momento histórico-social do país o negro não era potencial consumidor perante o mercado publicitário, o que viria a mudar a partir dos anos de 1990.

Teun Van Dijk (2020, p. 97) correlaciona a combinação entre exclusão e marginalização quanto ao acesso a recursos e condições materiais e socioeconômicas de vida e às possibilidades do fazer simbólico, em que circunscrevem-se o discursivo e o comunicativo, concernentes a cinco contextos comunicacionais considerados como “cruciais” pelo autor: 1) Discursos governamentais e legislativos de tomadas de decisões, informação, persuasão e legitimação, especialmente os de nível nacional; 2) Discursos burocráticos de construção e implementação de políticas de mais alto nível; 3) Discurso da mídia de massa dos maiores veículos da mídia jornalística; 4) Discurso acadêmico e científico; 5) Discursos das empresas.

Ainda que aqui não se desenvolva a categoria conceitual do discurso, a essa lista, sugerimos, nominalmente, um sexto item: Discursos das grandes agências de publicidade elaborados para grandes anunciantes (grandes marcas) ou, em outras palavras, o discurso da publicidade das grandes marcas para circulação nacional.

A possível adição suscita questões relacionadas à incompletude desta pesquisa e, em sua maioria, localizadas na Sociologia: num recorte de 1960 até 2023, como se deu o ingresso

e recolocação dos publicitários nas grandes cidades do circuito das grandes agências de publicidade deste país? Como evoluiu o perfil de formação universitária durante o período? Qual a porcentagem de brasileiros negros que passaram pelas grandes agências de publicidade durante o recorte?

E mais: o quanto o perfil étnico-racial dos graduandos dos cursos de Publicidade e Propaganda alterou-se durante as últimas duas décadas deste século no Brasil? Qual o impacto das políticas afirmativas na alteração do perfil do universitário desse curso superior em salas de aula do ensino superior público gratuito?

Como se vê, a problemática desdobra-se em dúvidas e perguntas que extrapolam o tema e o objeto desta pesquisa.

Se no século XXI, soterrado o racismo científico e questionados o mito da democracia racial e a imparcialidade jornalística, quais papéis desempenham/têm desempenhado/devem desempenhar perante o *status quo* os chamados profissionais da publicidade brasileira? Para essas perguntas, em enquadramento comunicacional, recorreremos ao conceito de elites logotécnicas de Muniz Sodré (1999).

Diz respeito a elites intelectuais no sistema midiático, englobando os profissionais da área de comunicação como um todo, a quem o autor atribui a responsabilidade pela “absorção, reelaboração e retransmissão de um imaginário coletivo atuante nas **representações sociais**” (Sodré, 1999, p. 244, em grifo nosso), fator que, necessariamente, perpassa tópicos étnico-raciais:

“O imaginário é categoria importante para se entender muitas representações negativas do cidadão negro, quando se considera que, desde o século passado [XIX], o africano e seus descendentes eram conotados nas elites e nos setores intermediários da sociedade como seres fora da imagem ideal do trabalhador livre, por motivos eurocentrados. **O imaginário racista veiculado pelas elites tradicionais pode ser hoje reproduzido logotecnicamente**, de modo mais sutil e eficaz, pelo discurso mediático-popularesco, sem distância crítica do tecido da civilização tecnoeconômica, onde se acha incrustada a discriminação em todos os seus níveis” (Sodré, 1999, p. 245, em grifo nosso).

Ainda no cerne da conceituação exposta, Muniz Sodré (1999) considera a mídia como intelectual coletivo das elites, utilizando o termo (elites) em sentido próximo ao que Jessé de Souza (2019) definiria mais tarde como “elite do atraso”, na medida em que neste momento, “de hegemonia do capital financeiro, coonestam a deterioração dos ganhos democráticos do povo nacional e abrem mão de políticas nacionalmente soberanas” (Souza, 2019, p. 244).

Compreender a escravidão como conceito é muito diferente. É perceber como ela cria uma singularidade excludente e perversa. Uma sociabilidade que tendeu a se perpetuar no tempo precisamente porque nunca foi efetivamente compreendida nem

criticada (SOUZA, 2019, p. 10).

Daí a importância do conceito de forma social escravista em Muniz Sodré (2023, p. 68), para quem “as representações são fundamentais para assegurar o poder reflexivo da sociedade; isto é, a conceitualização da realidade social a partir do espelho em que o *socius* hegemônico pretende se reconhecer”.

Para o autor, a adesão a um modelo de representação é anterior à percepção, ao *ver* (perceber e compreender). “Não se representa aquilo em se acredita: acredita-se naquilo que se representa, ou seja, nos sistemas de representações que se constroem como prevenção contra a diversidade e a instabilidade das crenças”, pontua Muniz Sodré (2023).

Consideramos que o sistema geral de representação de que fala Silveira (1999), forjado pela combinação entre racismo científico e a expansão global do “homem universal” através do colonialismo, tem no Brasil um modelo baseado no preconceito e na discriminação morfofenotípicos e na negação cultural, conforme Muniz Sodré (2023) e Lélia Gonzalez (1988; 2018; 2020), respectivamente.

Para Muniz Sodré, a mediação ampliou o alcance da *comunicação*, antes concentrado nos profissionais da logotécnica:

Com a comunicação eletrônica, a internet, em suma, é o **homem comum, sem qualquer visibilidade corporativa**, que dá à ambiência da comunicação e da informação generalizadas o estatuto de nova esfera existencial (isto que chamamos de *bios virtual* // *bios midiático*) (Sodré, 2014, p. 116, em itálico do autor e grifo nosso).

Contudo, neste trabalho, por conta do tema e da pergunta de pesquisa, a ideia de elite logotécnica no sistema midiático é preponderante para o enquadramento do objeto empírico.

O autor concebe a mediação generalizada como sinônimo e equivalente teórico ao *bios virtual*, mas as práticas logotécnicas da persuasão publicitária sedimentadas ao longo do século passado (agências) são coerentes para o entendimento do caso em tela.

Há possibilidade de diálogo Sul-Norte entre o conceito de elites logotécnicas de Muniz Sodré (1999) e o que Teun Van Dijk (2008, p. 19) chama por elites simbólicas, cujos discursos “controlam a opinião pública e, portanto, as ideologias do público em geral”, esfera de raio mais amplo que congrega profissionais da comunicação e também políticos e acadêmicos.

O conceito de elite logotécnica está contido no que o próprio autor chama por ordem sociotécnica (um ecossistema existencial), mobilizada por “sistemas interligados de produção, circulação e consumo” e objetivada por “dominação financeira e tecnológica, da

mercantilização iniciada pelo capitalismo no início da Modernidade ocidental”. Da lógica dessa ordem decorre que a comunicação é, em síntese, o principal instrumento para o “necessário rearranjo de coisas e pessoas” (Sodré, 2014, p. 14).

A comunicação, campo em que está inserida a publicidade, isto é, a ideia de persuasão e suas práticas logotécnicas.

4. PUBLICIDADE AUDIOVISUAL E PERCURSO METODOLÓGICO

Esta pesquisa, delimitada ao longo dos dois capítulos anteriores na esfera das mensagens, baseia-se metodologicamente na realização de uma análise fílmica. Neste caso, necessariamente de um formato curto, de viés geral mercadológico, díspar da perspectiva de longa duração do cinema, por sua vez calcado na expressão artística e na ideia de autoria do diretor da obra.

No objeto empírico, a autora não é a agência BorghiErh/Lowe, nem a produtora audiovisual Conspiração Filmes, contratada como fornecedora, mas a Caixa, a marca Caixa Econômica Federal, em finalidade institucional de celebração dos seus 150 anos.

O filme publicitário ou, em outras palavras, a publicidade audiovisual intitulada *O Bruxo do Cosme Velho* (Caixa, 2011), é pinçado da campanha *Caixa, 150 anos. Uma história escrita por todos os brasileiros* como *corpus* para pesquisa empírica do tipo qualitativa a desenvolver o tema da representação de Machado de Assis nos *media*, que também pode ser escrito como representações midiáticas de Machado de Assis.

Utilizamos e ajustamos os procedimentos de Francis Vanoye e Anne Goliot-Lété (1994), executando uma decupagem resumida para depois relacionar as dimensões promocional e fílmica, conforme Aneas (2013). Aprofundamos a análise fílmica com base na bibliografia acionada nos dois capítulos teóricos, tensionando as respectivas dimensões.

Consideramos aspectos do contexto circunscrito ao período de 2003 a 2013, visando à problematização do objeto empírico frente a dispositivos legais inéditos de mitigação da desigualdade racial.

O percurso metodológico organiza-se, por conseguinte, em três itens no Capítulo 5: *5.1 Decupagem do filme publicitário; 5.2 Dimensões promocional e fílmica; 5.3 Discussão fundamentada no enquadramento teórico.*

Neste trabalho, embora não tenhamos material empírico a partir das audiências, há atenção às reverberações da veiculação. Exemplo disso é que levamos em conta os comentários do publicitário responsável pela agência assinante da peça.

Contudo, o percurso da pesquisa está centrado em análise de mensagem, em análise fílmica de mensagem publicitária audiovisual.

Assim, esperamos problematizar esta pergunta de partida: o que o filme publicitário *O Bruxo do Cosme Velho* (Caixa, 2011) expressa acerca da questão racial brasileira?

Portanto, o objetivo geral deste esforço empírico é analisar o filme publicitário supracitado.

Sem a pretensão de esgotar a questão racial brasileira, a evitar a generalização, nos termos de Gil (2008), o percurso bibliográfico do primeiro capítulo teórico desenvolve problematização por entre tópicos, dos quais sintetizamos o conceito de racismo por omissão de Lélia González como chave explicativa, ainda que provisoriamente como hipótese: de que o objeto empírico pode ser interpretado, ou melhor, compreendido como um caso daquele tipo de racismo.

O próprio Machado de Assis (2000) nos convida a olhar as cenas literárias para além do que está em destaque nos enquadramentos. Reiteramos a epígrafe deste trabalho, em que em planos de uma possível sequência de imagens mentais podemos imaginar mulheres escravizadas a limpar a casa dos Cubas e a preparar os itens e o jantar narrado no capítulo *Um episódio de 1814*. O bruxo do Cosme Velho faz uso sintático do sujeito oculto: poliram-se, lavaram-se, arearam-se. Olhamos, por conseguinte, também para o entorno do Machado de Assis representado, em seu *debut* midiático em imagem, som e a cores.

Aneas (2013, p. 111) sugere a perspectiva imanente e considera o contrato de leitura do filme publicitário a partir de seus propósitos, contidos na ideia de promoção, da qual derivam o divulgar, o propagandear, o “fazer conhecer um produto, uma marca, uma empresa ou instituição, um governo ou estado, uma pessoa, uma posição política ou ideológica, uma ideia ou questão pública”.

Significa que a ideia de promoção predomina sobre a de apreciação no filme publicitário, razão por que será percebido como tal pela audiência. Na análise científica, configura-se como dimensão e um dos aspectos necessários na abordagem, que se traduz nesta pergunta: “A publicidade existe para promover algo, mas como, em se tratando de matéria audiovisual, isso acontece?” (Aneas, 2013, p. 112). As associações entre imagens, sons, músicas e textos escritos e/ou falados são sempre assinadas, visual e/ou sonoramente, pela marca.

A estratégia adotada está condicionada pela natureza do objeto promovido, pelo objetivo e pelo público-alvo delimitado. Importa identificar se a concentração promocional, isto é, o seu objetivo, está na construção da imagem do anunciante ou no esforço de varejo:

Em todos os casos, porém, existe o intuito de provocar certa afetação, de atuar sobre o estado de ânimo do receptor – seja para a introdução de uma novidade, a mudança ou a **manutenção do modo de perceber a matéria de que trata o filme** (Aneas, 2013, p. 112, em grifo nosso).

Os estímulos e os diversos recursos persuasivos acionados decorrem do tipo de representação audiovisual, por sua vez definido pelo objetivo promocional. Na análise, a dimensão fílmica se constitui a partir da multiplicidade persuasiva, ou seja, pelos modos de “construir e encenar composições audiovisuais” (Aneas, 2013, p. 113).

Os esforços persuasivos também devem ser compreendidos a partir da noção de predominância no rol de categorias²⁷ empregadas para a produção de efeitos. Os recursos se materializam “desde a construção da ação e caracterização dos personagens, até a variação da escala de planos, enquadramento, montagem, luz, cor, profundidade de campo e todos os parâmetros fotográficos, além da música e elementos sonoros” (Aneas, 2013, p. 113).

De todo modo, a finalidade contida dimensão promocional não anula a experiência proporcionada, nem estética e nem narrativa.

A título de síntese, o que aqui se defende é que existe uma lógica própria do filme publicitário que é resultado da interação entre estas duas dimensões fundamentais – a fílmica e a promocional. É provável que a primeira esteja a serviço da segunda, uma vez que a função de promover está no DNA deste tipo de produto e é mesmo a sua razão de existir. Mas tampouco existiria o filme publicitário tal e qual hoje é conhecido não fosse a sua exímia capacidade de incitar os afetos, conduzir os raciocínios e provocar os sentidos dos seus espectadores. Ao se apropriar desta premissa, o analista pode contar com ferramentas de análise fílmica, em geral projetadas para o exame de obras cinematográficas, e utilizá-las na análise de filmes publicitários, sem perder de vista o que é específico deste tipo de produto (Aneas, 2013, p. 114-115).

Para explorar a relação entre as duas dimensões em percurso analítico, também utilizamos Francis Vanoye e Anne Goliot-Lété (1994, p. 120), para quem a “descrição e a análise procedem de um processo de compreensão, de re(constituição) de um outro objeto, o filme acabado passado pelo crivo da análise, da interpretação”.

Dos autores, mentalizamos a ideia de que a análise do filme impacta o analista, o que nos leva a iniciar sua desmontagem pela decupagem técnica. Em perspectiva científica, preocupamo-nos em decompô-lo em seus elementos constitutivos para depois relacioná-los.

²⁷ Podemos considerá-las em verbos no infinitivo: emocionar, informar, surpreender, conscientizar, arrancar (lágrimas ou aplausos) e etc.

A reconstrução de *O Bruxo do Cosme Velho* (Caixa, 2011) através da problematização da pergunta de partida será, necessariamente, uma criação assumida por nós, como que um tipo de ficção, mas:

Os limites dessa invenção, dessa “criação” são, contudo, muito estritos. O analista deve de fato respeitar um princípio fundamental de legitimação: partindo dos elementos da descrição lançados para fora do filme, devemos voltar ao filme quando da reconstrução, a fim de evitar reconstruir um outro filme. Em outras palavras, não se deveria sucumbir, à tentação de superar o filme. Os limites da “criatividade analítica” são os do próprio filme objeto de análise (Vanoyé; Goliot-Lété, 1994, p. 15).

Nessa “criação” do analista, estaremos atentos à armadilha de “ler” toda uma sociedade no filme de 60 segundos.

5. ANÁLISE FÍLMICA DE *O BRUXO DO COSME VELHO*

A observância à obra de Francis Vanoyé e Anne Goliot-Lété (1994) exige a definição do contexto desta análise fílmica e seu produto final. Em um curso de mestrado em programa de pós-graduação em Comunicação, o seu resultado será uma produção escrita, contida neste capítulo e nas Considerações Finais desta dissertação.

Utilizando *plug in* em navegação em *browser*, baixamos o vídeo intitulado “CEF – Machado de Assis ficou branco”, disponível no canal @zaninihh na plataforma YouTube.

Visando à preservação das imagens desse texto midiático, geramos 11 figuras para ilustrar a decupagem.

5.1. Decupagem do filme publicitário

Conforme Francis Vanoyé e Anne Goliot-Lété (2002), a desconstrução na análise fílmica equivale à descrição, esforço que empreendemos a partir de decupagem resumida com a finalidade de apresentar a peça publicitária de 60 segundos.

Identificamos cinco momentos na representação de Machado de Assis no objeto empírico, correspondente a cinco sequências, totalizando 51 segundos: 1) O literato é apresentado pela narradora; 2) Flana pelas ruas; 3) Deposita dinheiro em sua conta-poupança na agência da Caixa; 4) Retorna à rua; 5) Lê seu testamento no recolhimento de sua residência. Os 9 segundos finais correspondem ao fechamento promocional com assinatura dos logos da Caixa e do Governo Federal.

No quadro abaixo, reunimos a duração das sequências de sucessão cronológica, os planos predominantes e inserimos um resumo antes de arrolar as figuras (*prints* de tela):

Tabela 1: Machado de Assis em 5 sequências de cenas: duração, planos e resumo

Sequências	Duração	Planos predominantes	Resumo
Cena 1. O literato é apresentado pela narradora	10”	Plano fechado com movimento de câmera lento da direita (livro, figura 5) para a esquerda (narradora, figura 6) com enquadramento médio da atriz.	A atriz Glória Pires retira da prateleira um livro azul com a história da Caixa e, lendo-o, conta que até os “imortais” (membros da ABL) se preocupam com o futuro, apresentando o cliente e poupador Machado de Assis em fotografia estática que transita para a próxima cena.
Cena 2. Flana pelas ruas	11”	Plano aberto americano com Machado de Assis (figura 7) alternado com plano geral (figura 8).	Machado de Assis desloca-se para a agência da Caixa e é cumprimentado duas vezes na rua, enquanto a narradora conta sua alcunha (Bruxo do Cosme Velho) e informa que foi fundador e primeiro presidente da ABL.
Cena 3. Deposita dinheiro em sua conta-poupança na agência da Caixa	13”	Plano aberto plongé (figura 9) seguido para plano médio com enquadramento frontal do literato no caixa (figura 10).	O literato adentra a agência e dirige-se ao caixa, que reconhece e o trata como “Doutor Machado” antes de receber uma quantia para depósito em poupança, cena em que a narradora cessa a fala.
Cena 4. Retorna à rua	8”	Plano americano (figura 11).	Segue rumo à sua casa, enquanto a narradora conta que sua histórica com a Caixa durou anos.
Cena 5. Lê seu testamento no recolhimento de sua residência	9”	Plano <i>close up</i> médio de Machado de Assis de nuca (figura 12) para plano fechado com <i>close up</i> no testamento (figura 13), com movimento de câmera da esquerda para a direita, antes do emolduração por plano fechado com <i>close up</i> no testamento assinado (figura 14).	Machado, em 1908, no ano de sua morte, escreve seu testamento e o lê em voz alta, sem interferência da narradora.

Fonte: quadro elaborado pelos autores.

Figura 5: *Print* de tela aos 1” do filme



Fonte: YouTube.

Figura 6: *Print* de tela aos 5” do filme



Fonte: YouTube.

Figura 7: *Print* de tela aos 18” do filme



Fonte: YouTube.

Figura 8: *Print* de tela aos 14” do filme



Fonte: YouTube.

Figura 9: *Print* de tela aos 23” do filme

Fonte: YouTube.

Figura 10: *Print* de tela aos 32” do filme

Fonte: YouTube.

Figura 11: *Print* de tela aos 41” do filme

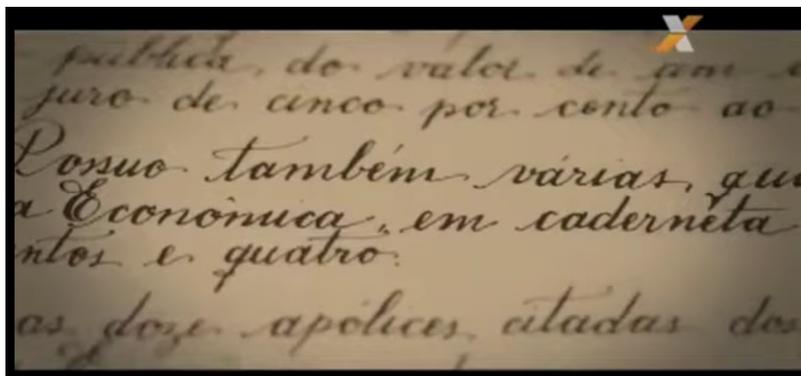
Fonte: YouTube.

Figura 12: *Print* de tela aos 45" do filme



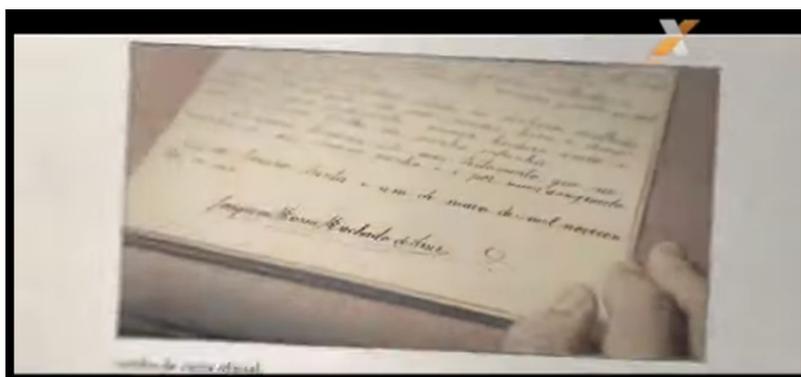
Fonte: YouTube.

Figura 13: *Print* de tela aos 47" do filme



Fonte: YouTube.

Figura 14: *Print* de tela aos 53" do filme



Fonte: YouTube.

Figura 15: *Print* de tela aos 58” do filme

Fonte: YouTube.

No próximo quadro, transcrevemos os textos da narradora e de Machado de Assis por cena, incluindo o fechamento promocional do filme. A última coluna é utilizada para caracterização entre narração e/ou argumentação (Vanoye; Goliot-Létét 1994):

Tabela 2: Transcrição das falas da narradora e de Machados para caracterização

Sequência	Transcrição	Caracterização
Cena 1. O literato é apresentado pela narradora	Narradora: “Pensar no futuro é algo tão importante, que até os imortais fazem isso...”.	Cena argumentativa, pois vincula a importância de poupar à pessoas ilustres do ofício das letras.
Cena 2. Flana pelas ruas	Narradora: “Conhecido como o bruxo do Cosme Velho, Machado de Assis foi o fundador e o primeiro presidente da Academia Brasileira de Letras...”.	Cena predominantemente narrativa.
Cena 3. Deposita dinheiro em sua conta-poupança na agência da Caixa	Narradora: “E o universo das Letras não era o único lugar onde o maior escritor brasileiro tinha o seu merecido destaque”. Caixa da agência: “— Doutor Machado, em que posso ajudar o nosso ilustre escritor?!”. Machado de Assis: “— Vim fazer o que faço todos os meses: um depósito na poupança”.	Cena predominantemente narrativa.
Cena 4. Retorna à rua	Narradora: “A história de Machado com a CAIXA durou anos. Tanto que a CAIXA esteve presente até num dos seus últimos escritos, o seu testamento...”.	Cena predominantemente narrativa.
Cena 5. Lê seu testamento no recolhimento de sua residência	Machado de Assis: “Possuo também várias quantias, recolhidas à Caixa Econômica em caderneta número quatorze mil trezentos e quatro”.	Cena predominantemente narrativa.
Cena 6. A narradora conclui o filme	Narradora: “CAIXA, 150 anos: uma história escrita por todos os brasileiros”.	Cena argumentativa, pois vincula o hábito de poupar, comum aos brasileiros, a uma pessoa ilustre e de sucesso.

Fonte: quadro elaborado pelos autores.

A decupagem resumida desmonta parcialmente o filme nos elementos suficientes para nossa análise no próximo item, no qual estará presente o aspecto do som.

5.2. Dimensões promocional e fílmica

Ainda com base em Francis Vanoyé e Anne Goliot-Lété (2002), a reconstrução diz respeito ao que se considera por interpretação. No caso do objeto empírico, trata-se da primeira análise fílmica baseada nos referenciais teóricos contidos no *Procedimento metodológico* para problematização por entre Comunicação, mídia e relações raciais.

Coutinho (2015, p. 22), por sua vez, realiza análise mais ampla da campanha da CAIXA e objetiva “mostrar a construção dos objetos/emblemas memoráveis contidos nas peças publicitárias, destacando as imagens que sintetizam esses momentos”, tendo como tema as estratégias institucionais em campanhas publicitárias comemorativas por entre Comunicação, mídia e memória.

Há intersecção teórica entre relações raciais e memória, não desenvolvida neste trabalho por conta do prazo para a produção de dissertação de mestrado, e mesmo em razão do fôlego bibliográfico necessário.

O contributo de Coutinho (2015) será acionado ao longo da análise fílmica a que nos propomos para convalidar interpretações e para aceder à campanha de forma mais ampla.

Seguimos com Aneas (2013) que aplica suas premissas na análise do filme publicitário *Always a woman* (2010), cuja representação se fundamenta em uma relação de longo prazo da marca inglesa John Lewis com seu público, baseada em confiança e tradição. O mesmo se aplica à campanha da CAIXA, que “estava lá” em grandes acontecimentos da história do Brasil e segue oferecendo a poupança como serviço seguro, em sinergia com a tradição do brasileiro em poupar.

Identificamos, a partir de Coutinho (2015), que a dimensão promocional da campanha da CAIXA está na construção de imagem, predominantemente. A finalidade de celebração de seus 150 anos está contida no objetivo promocional de posicionar a caixa como testemunha memorável da história de todos os brasileiros.

Podemos elencar a longevidade, a confiança na poupança e a tradição de credibilidade junto à sociedade como recursos empregados pela estratégica, mas também o exercício de memória autorreferente, cuja poética fílmica está calcada em reproduções de cenas de um passado memorável para a produção de identificação do público com a marca a partir da condição de brasileiro comum.

A resposta geral solicitada pela campanha, ao longo dos seus 12 filmes comerciais, é de reverência à marca, ao passo que a do filme analisado é de consentimento quanto à segurança e credibilidade do sistema bancário de poupança oferecido pela CAIXA. *O Bruxo do Cosme Velho* é feito para informar o espectador sobre um ilustre cliente, cuja autoridade cultural por força de sua literatura é inconteste, ao mesmo tempo em que tenta impactá-lo pelo exemplo do hábito de poupar.

Na campanha televisiva da CAIXA, não há lançamento de produtos financeiros. Reivindica-se reverência e a manutenção de sua credibilidade, reiterando-se a oferta de serviço de penhor e poupança, tratando-se “apenas de acionar as teclas anímicas necessárias para gerar essa atitude [de procura pelo serviço], transferida para a empresa que assina a peça” (Aneas, 2013, p. 116).

O texto é acessível e didático, conforme figura 10, quando o Machado de Assis encenado verbaliza que comparece mais um mês para depositar na poupança. A peça exorta a poupar a partir da ilustração de uma estabilidade financeira na velhice.

A fábula da campanha, se assim podemos dizer, resume sua história memorável a partir de ilustres brasileiros, como é o caso de Machado de Assis. Já *O Bruxo do Cosme Velho*, ao apresentar um escritor idoso e reverenciado nas ruas limpas e ordeiras de um Rio de Janeiro de começo de século, demonstra que o sucesso e a consagração públicas, reservadas a poucos, são melhores subsidiadas se houver prudência com as economias pessoais.

Machado de Assis é apresentado em 5 momentos: pela narradora, ao flunar pelas ruas, ao depositar na agência, ao retornar à rua e ao escrever e ler seu testamento no recolhimento de sua residência. Nas ruas e no banco, é reconhecido e reverenciado, o que no faz lembrar do conto *Fulano Beltrão* (De Assis, 1884) e da rua do Ouvidor como palco para se ser visto pelas gentes no Rio de Janeiro. Mesmo sem ser médico ou advogado, é chamado de doutor pelo bancário que lhe atende.

A gramática do filme, se consideramos a reverência por força de um exemplo de autoridade cultural e estabilidade financeira na velhice, é de um padrão dramático e sóbrio. Claro, pode haver recepção que aponte apelo sentimental, pela importância do literato para a cultura do país.

Ao contrário de *Always a woman*, não há truques na transição de passagens ou transições que tragam elipses como elemento de perspicácia na contiguidade visual, nem mesmo efeitos de luz. A montagem é baseada uma sequência temporal fincada no hábito. Não há surpresas na narrativa, apenas regularidade, estabelecida pela continuidade e pelo desenrolar temporal. A representação é acessível, tranquila e previsível.

O emprego de música clássica em cordas para a execução do jingle sugere uma atmosfera correspondente à erudição, à literatura renomada e à alta cultura. O recurso musical serve para compor atmosfera de um tempo pretérito clássico.

Dentro da agência em que se passa a cena de depósito bancário, mulheres estão acompanhadas de seus maridos e todos os figurantes estão em traje de época. Fora dali, mesmo nas ruas, não há vestígios de vestimentas rotas ou sinal de trabalho exasperado. A população que circula transmite harmonia consigo e com seus objetos e afazeres.

A estratégia de promoção e construção da imagem institucional está fundamentada na produção de reverência e admiração.

Todavia, mais do que conformar a memória histórica, quanto a ser canhoto, ter fundado e presidido a ABL e ter poupança na Caixa, o filme publicitário mantém o entendimento de que o literato era branco.

Na cena em que entrega a caderneta de poupança ao bancário (figura 10) e antes, quando caminha de bengala em direção ao banco (figura 7), o escritor encenado utiliza a mão direita, o que pode ser interpretado como falha de produção. A sequência em sua casa (figura 12) corrige o uso da mão esquerda, rodeado por livros. O “erro” que nos interessa, porém, é o do encobrimento de seu corpo não branco.

Prosseguimos com o percurso analítico para uma discussão baseada no referencial dos capítulos teóricos.

5.3. Discussão fundamentada no enquadramento teórico

Em *O pacto da branquitude* (2022), Cida Bento critica Florestan Fernandes por não enxergar o impacto da escravidão no grupo dominante, o branco, do qual pertencia.

Se na escola a branquitude se manifesta nas escolhas teóricas e metodológicas eurocêntricas, nas representações midiáticas evidencia-se nos vetores da representatividade étnico-racial, na estereotipagem e, no caso do nosso objeto de estudo, na *degeneração* do afrodescendente na formação cultural brasileiro.

Machado de Assis, a quem Joaquim Nabuco teimava em ver um “grego do melhor tipo”, foi lavrado como branco em seu atestado de óbito (figura 3) e aparece 100 anos depois do discurso de Lacerda como que um bruxo de corpo exorcizado a atormentá-lo. O escritor branco a flunar em uma capital republicana branca e europeizada só pode existir na projeção de um passado que nunca foi.

A constatação da desvinculação do negro à ideia inerente de consumo de produtos em anúncios publicitários gráficos e audiovisuais (Hasenbalg, 1982) nos ajuda a compreender embranquecimento de Machado de Assis no objeto empírico: embora a CAIXA seja o banco de todos os brasileiros, a associação do consumo do serviço de poupança a um compatriota ilustre só pode ocorrer publicitariamente se esse for branco. Apesar de viúvo e sem filhos, em ligeiro descompasso com sua época, o escritor é representado como alguém de sucesso e estabilidade na velhice. Um “doutor”, mesmo sem ser médico ou advogado, que é reconhecido e reverenciado.

Coutinho (2015) apresenta em sua caracterização a contagem de 46 figurantes no filme publicitário, sendo todos brancos. Com Machado de Assis, 47, no total de 100% de brancos.

A veiculação do filme publicitário da CAIXA ocorreu exatos 100 anos depois do discurso de João Batista de Lacerda no Congresso Universal das Raças, em Londres, cujo vaticínio não se concretizou: um século depois, o Brasil não se tornou um país de população branca. A imigração de europeus, em que pesem os esforços de branqueamento do estado brasileiro, não extinguiu os corpos não brancos.

O racismo por omissão (Gonzalez, 1988; 2018; 2020) encontra-se, se consideramos o contributo de Cida Bento (2002; 2022), também na visibilização da branquitude, que se manifesta diante das contestações das audiências. Eis o comentário exarado pelo então sócio e diretor de criação da agência Borghi Erh/Lowe²⁸, José Henrique Borghi, a respeito da primeira versão do filme:

“Claro que fizemos pesquisa, óbvio que sabemos que Machado de Assis era fruto de miscigenação. Tanto que ao ser escolhido pela **semelhança de fisionomia, o ator passou por um processo de maquiagem a fim de que sua pele fosse escurecida**. Devido a uma série de fatores, iluminação principalmente, o resultado na exibição do filme não é o imaginado [...] Em nossas campanhas para a Caixa também existe a preocupação de retratar todo o povo brasileiro. Em cada filme procuramos adequar a participação de brancos, **negros, mulatos**, orientais e índios, já que a história da instituição está ligada ao desenvolvimento do País [...] Por essa razão estamos muito tranquilos com relação a esse assunto. Nosso objetivo com a campanha é retratar fielmente cada época. O nosso Machado de Assis pode ter ficado um pouco mais claro do que o desejado **mas também não é nenhum nórdico, louro de olhos azuis**” (BORGHI, 2011, em grifos nossos, s/p).

A compreensão de *O Bruxo do Cosme Velho* (Caixa, 2011) como caso de racismo por omissão é fundamentada pela análise do material audiovisual e pelo registro da fala do publicitário. A projeção logotécnica de um passado que nunca existiu é baseada na

²⁸ Link para acesso: <https://www.blogdoadonis.com.br/2011/09/16/borghi-erh-lowe-explica-%e2%80%9cmachado-de-assis%e2%80%9d/>

hierarquização racial em que o branco nórdico, anglo-saxão, é o padrão de topo de pirâmide morfofenotípica. Isto é, embora não Machado de Assis encenado não seja um viking, ainda assim pode ser um latino, logo, branco.

No ano anterior à campanha da CAIXA, o censo demográfico (IBGE, 2010) apurou 7,6% de brasileiros autodeclarados pretos e de 43,1% pardos, totalizando 50,7% da população, o que significa maioria de negros no país.

O Estatuto da Igualdade Racial, contido na Lei 12.288/2010 (Brasil, 2010) lavra a obrigação de se garantir a efetividade da igualdade de oportunidades à população negra, bem como a defesa de direitos e o combate à discriminação. Em seu art. 44, localizado no capítulo dos meios de comunicação, diz:

Art. 44. Na produção de filmes e programas destinados à veiculação pelas emissoras de televisão e em salas cinematográficas, deverá ser adotada a prática de conferir oportunidades de emprego para atores, figurantes e técnicos negros, sendo vedada toda e qualquer discriminação de natureza política, ideológica, étnica ou artística (Brasil, 2010).

Por ventura não havia um ator não branco no país?

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como diz Vanoye e Golit-Lété (2002), o primeiro contato com um filme desencadeia impressões, emoções e intuições, cujas origens podem dizer mais a respeito do espectador do que sobre o audiovisual em tela, base material para as projeções de quem analisa.

Os autores apontam que um filme pode ser em parte reflexo, em parte recusa do mundo real, constituindo-se como ponto de vista do contemporâneo. No caso, o objeto analisado é ambivalente: reflexo de uma cultura neurótica, na medida em que recusa a África e o afro, denegando sua própria constituição histórica. Em 2011, ao olhar para 1908, configura-se como uma retroopia que omite corpos não brancos à revelia do real-histórico.

Na sociedade encenada no objeto empírico, o futuro branco, latino, cristão, ordeiro e feliz que não se materializou no hiato de 1 século, entre o discurso de João Batista de Lacerda no Congresso Internacional das Raças e a veiculação do filme publicitário, reforça a nota de Lília Schwarcz (2011) de que previsões são traiçoeiras.

Mais do que isso: o corpo insepulto de nome canonizado reaparece a fazer valer a sua alcunha: um bruxo a atormentar a sociedade (neurótica) a que representou com sutileza e galhofa. Do outro lado da rua (figura 16) no filme da Caixa, como que do outro lado da vida, a exemplo de Brás Cubas, o literato Machado de Assis vê a si mesmo e toma notas, ri do

esforço logotécnico de publicitários e despede-se com um piparote, usando monóculo, bigode e cavanhaque:

Figura 16: Fotografia de Machado de Assis (1908)



Fonte: revista argentina *Caras y Careta* (reprodução da *internet*).

Concordamos que não é possível produzir uma análise somente a partir de impressões e sensações iniciais, tampouco sem deixar de considerá-las, e que o filme é ponto de partida e ponto de chegada.

Daí que tenhamos que contar ao leitor deste trabalho que no ano de 2011 assistimos à veiculação do filme publicitário *O Bruxo do Cosme Velho* em cadeia nacional de televisão aberta. Assistimos, também, de olhos abertos e ouvidos atentos, à década de 2010 neste país.

Esta análise fílmica, ao oferecer um trabalho sobre Comunicação e relações raciais, ao voltar a falar sobre uma peça de 2011 que depois foi pouco falada na produção acadêmica comunicacional, constitui-se em algum contributo para o que Cida Bento (2022) chama de destruição de um pacto narcísico, que neste caso é o mais duradouro deste país: o da branquitude.

Com sorte, o percurso teórico-metodológico pode subsidiar roteiros para entrevistas em profundidade junto a profissionais da publicidade e do audiovisual envolvidos com a produção do filme publicitário e, eventualmente, dispostos a falar sobre o *case* de insucesso, como continuidade desta pesquisa.

Há possibilidade de avanço na pesquisa também através da noção de práticas de contestação, conforme Laura Wottrich (2017), em que os autos processuais das reclamações na Caixa e na Seppir são material empírico a ser coletado e analisado para o desenvolvimento de outras perguntas de partida e, por conseguinte, trilhas teórico-metodológicas.

De todo modo, para professores do curso de Publicidade e Propaganda, o percurso deste trabalho potencialmente enseja debates sobre representações midiáticas, publicidade audiovisual e racismo. É preciso educar os futuros publicitários para as relações étnico-raciais.

Implicando-nos novamente em razão de Cida Bento (2022), conto à banca constituída para exame de Defesa desta Dissertação e a possíveis leitores que, na primeira Semana da Consciência Negra do *Campus* Três Lagoas, em novembro de 2011, apresentei o comercial da Caixa à comunidade interna na ampla sala de aula do Colégio Objetivo de Três Lagoas-MS, que abrigava a sede provisória da unidade em implantação do IFMS, onde trabalhei de 24 de janeiro daquele ano a 2 de julho de 2014.

Eu me recordo de ter comentado com os estudantes e servidores presentes que a peça publicitária havia apresentado um Machado de Assis embranquecido e que a Caixa teve que regrava-la com a escalação de um ator negro. Não retive na memória, infelizmente, a sequência da cena, que tinha os professores de História e Sociologia, principais organizadores

do evento institucional. Dez anos depois, ingressei no curso de Mestrado em Comunicação do PPGCOM/UFMS tendo o material audiovisual como objeto de estudo.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Adonis. Borgh Erh Lowe explica Machado de Assis. Blog do Adonis. São Paulo, 16 set. 2011. Disponível em:

<https://www.blogdoadonis.com.br/2011/09/16/borgh-erh-lowe-explica-%e2%80%9cmachado-de-assis%e2%80%9d/> Acesso em: 02 jan. 2021.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2021.

ALVES, Marcelo. **Desarranjo da visibilidade, desordem informacional e polarização no Brasil entre 2013 e 2018**. 2019. 360 f. Doutorado, Comunicação – UFF: Niterói, 2019.

ANEAS, Tatiana Guenaga. **Premissas para aplicação de análise fílmica à publicidade audiovisual**: um exercício analítico de *Always a woman*. *Cadernos De Comunicação*, 17(1). 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2316882X10896>

BRASIL. [Constituição (1824)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1824**. Rio de Janeiro, DF: Imperador do Brasil, 1824b. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/137569/Constituicoes_Brasileiras_v1_1824.pdf. Acesso em 22 mar. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.html Acesso em: 11 dez. 2022.

BRASIL. **Decisão nº 80, de 31 de março de 1824**. Manda estabelecer uma colônia de alemães no terreno em que se acha o estabelecimento do linho canhamo, na província de São P. do Sal. Rio de Janeiro, RJ: Imperador do Brasil, 1824a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio/colecao2.html> Acesso em 22 mar. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890**. Institui o Código Penal dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, 1890.

BRASIL. **Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850**. Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste Império. Rio de Janeiro, RJ: Imperador do Brasil, 1850.

BRASIL. **Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850**. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Rio de Janeiro, RJ: Imperador do Brasil, 1850.

BRASIL. **Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871**. Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e

providencia sobre a criação e tratamento daquelles filhos menores e sobre a libertação annual de escravos. Rio de Janeiro, RJ: Imperador do Brasil, 1871.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003.

BRASIL. **Lei nº 12.288, de 20 de juho de 2010.** Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nºs 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Brasília, DF: Presidência da República, 2010.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2012.

BENTO, Cida. **O pacto narcísico da branquitude.** São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BENTO, Cida. **Branqueamento e branquitude no Brasil.** In: BENTO, Cida; IRAY, Carone. **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil.** Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

CAIXA. **O Bruxo do Cosme Velho** [Filme publicitário]. São Paulo: Conspiração Filmes, 2011.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos.** 6. Ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2000.

CARDOSO, Edson Lopes. **Memória de movimento Negro – um testemunho sobre a formação do homem e do ativista contra o racismo.** 2014. 308 f. Doutorado, Educação – USP, São Paulo, 2014.

CARDOSO, Edson Lopes. **A mancha indelével da cor: uma aproximação às questões raciais no Brasil** [audiovisual]. In: Curso Ler o Brasil (Casa Sueli Carneiro). São Paulo, 2022.

CARNEIRO, José Fernando. **Imigração e Colonização no Brasil.** Rio de Janeiro: Universidade do Brasil, 1950.

CERVO, Amando Luiz. **O Parlamento brasileiro e as relações exteriores (1826-1889).** Cidade: Editora da UnB, 1981.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer nº 146/2020:** Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação de Publicidade e Propaganda. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=146061-pces146-20&category_slug=maio-2020-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 13 out. 2020.

COUTINHO, Cristiane B. **Caixa 150 anos: rastros e laços históricos de uma campanha memorável**. 2015. 183 f. Mestrado, Comunicação e Cultura – UFRJ, Rio de Janeiro, 2015.

DANILA, Dourado *et al.* **A presença dos negros nas agências de publicidade: um olhar para a liderança das agências do Brasil**.

<https://daniladourado.wordpress.com/2015/10/25/a-presenca-dos-negros-nas-agencias-de-publicidade/>

DE ASSIS, Machado. **Memórias póstumas de Brás Cubas**. Editora Sol: São Paulo, 2000.

DE ASSIS, Machado. **Volume de contos**. Rio de Janeiro: Garnier, 1884.

DUARTE, Eduardo de Assis. **Machado de Assis afro-descendente: escritos de caramujo**. 2. Ed. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Pallas/Crisália, 2007.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. Editora Unesp: São Paulo, 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas em pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GITLIN, Todd. **Mídia sem limite: como a torrente de imagens e sons domina nossas vidas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural da amefricanidade. **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, p. 69-82, n. 92/93 (jan./jun.). 1988.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa**. São Paulo: UCPA, 2018.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro latino americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HALL, Stuart. **Cultural e representação**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, Apicuri, 2016.

MENUCCI, Sud. **O precursor do abolicionismo no Brasil**: Luiz Gama. Brasileira: São Paulo, 1938.

NASCIMENTO, J. G. do. **O branco imposto e o negro conquistado**: Machado de Assis na propaganda da Caixa Econômica Federal. *Revista Da Associação Brasileira De*

Pesquisadores/as Negros/As (ABPN), 8(20), 74–85.
<https://abpnrevista.org.br/site/article/view/>

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **The Rise of the Radical Right in the Global South**. Londres: Routledge, 2023a.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana; VARGAS-MAIA, T. Why We Need a New Framework to Study the Far Right in the Global South. **Global Dialogue**, v. 13, p. 16, 2023b.

PAULINO, E. T., NODARI, M. P. M., & ZANOTTI, R. V. (2022). A cor da criação: um estudo sobre o profissional negro em agências de publicidade. *Revista Extraprensa*, 15 (Especial), 12-28. <https://doi.org/10.11606/extraprensa2022.194349>

RAMOS, André da Silva. **Machado de Assis a experiência da história: climas e espectralidade**. 2018. 277 f. Doutorado, História – UFOP, Ouro Preto, 2018.

SILVA, Terezinha. Machado de Assis e o “mulato de alma grega”. **Machado de Assis em linha**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, p. 229-239, dez. 2014.

SILVA, Wellington Geraldo. **A cor do jornal: exclusão e inclusão do negro na imprensa brasileira**. 2020. 167 f. Mestrado, Comunicação e Cultura - UFRJ, Rio de Janeiro, 2020.

SCHWARZ, Roberto. **Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis**. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2000.

SCHWARZ, Roberto. A vira volta machadiana. **CEBRAP – Novos Estudos**, n. 69. São Paulo, 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em Branco e Negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Previsões são sempre traiçoeiras: João Baptista de Lacerda e seu Brasil branco. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.18, n.1, jan.-mar. 2011, p.225-242.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira**. 1. ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloísa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros: identidade, povo, mídia e cotas no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho: teoria da comunicação linear e em rede**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

SODRÉ, Muniz. **Ciência do comum: notas para o método comunicacional**. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

SODRÉ, Muniz. **O conceito de liberdade a partir de Luiz Gama** [audiovisual]. In: Curso Ler o Brasil (Casa Sueli Carneiro). São Paulo, 2022.

SOUZA, Jessé. **Subcidadania brasileira: para entender o país para além do jeitinho brasileiro**. São Paulo: Leya, 2018.

SOUZA, Jessé. **A Elite do Atraso**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

SEYFERTH, Giralda. **Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização**. In: MAIO, Marcos Chor, SANTOS, Ricardo Ventura, (org.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; CCBB, 1996.

VAN DIJK, Teun Adrianus (org.). **Racismo e discurso na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2008.

VAN DIJK, Teun Adrianus. **Cognição, discurso e interação**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2016 [1992].

VAN DIJK, Teun Adrianus. **Discurso e poder**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2020 [2008].

VANOYE, Francis; GOLIOT-LÉTÉ, Anne. **Ensaio sobre a análise fílmica**. Campinas: Papirus: 1994.

WOTTRICH, Laura. **“Não podemos deixar passar: práticas de contestação da publicidade no início do século XXI**. 2017. 323 f. Doutorado, Comunicação e Informação – UFRGS, Porto Alegre, 2017.